

HELENA MARIA DE CASTRO CASSIANO

**OS HOMENS CRIAM DEUSES: ANTONIO PINTOR, UMA CRENÇA
POPULAR - 1957**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora Prof^ª Dr^ª Cléria Botelho Costa

BRASÍLIA – DF
2002

HELENA MARIA DE CASTRO CASSIANO

**OS HOMENS CRIAM DEUSES: ANTONIO PINTOR, UMA CRENÇA
POPULAR - 1957**

Dissertação apresentada, julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre
em História no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de
Brasília.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Eleonora Zicari Britto

Prof^ª Dr^ª Isabel Ibarra Cabrera

Prof^ª Dr^ª Cléria Botelho da Costa

Prof^ª Dr^ª Maria T. Negrão de Mello

Brasília, 12 de setembro de 2002

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço às instituições promotoras deste Mestrado, a Universidade de Brasília e a Universidade Estadual de Goiás que, em conjunto com a CAPES, proporcionaram a realização deste programa interinstitucional. Agradeço também a todos os professores da UnB que participaram deste projeto, assim como aos funcionários destas instituições que se dedicaram para que o programa alcançasse seus objetivos.

Agradeço a todos os colegas do Mestrado que conviveram comigo ao longo dos dois anos e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos amigos Iara pelo material enviado, Hamilton pelas dicas, Wilton, Marcelo, Rickley e Isabel; às minhas irmãs, Ana e Cláudia, que com carinho e compreensão souberam me auxiliar nas horas difíceis; ao Cassiano, companheiro de todas as horas e à minha mãe.

Aos meus filhos, Péricles e Tales, pela força e compreensão demonstradas durante minhas ausências para a realização desta pesquisa, agradeço.

Agradeço a Suzana Oellers pelo apoio, cuidado e carinho com que revisou e normatizou este trabalho.

Finalmente, agradeço aos moradores de Morrinhos que, com muita presteza e compreensão, me receberam em suas casas e dispuseram de seu tempo para narrar suas vidas e contar a história que aqui apresento. Obrigada a todos.

SUMÁRIO

	página
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I. MORRINHOS: SOCIEDADE E CULTURA.....	14
1.1. Imagens do passado.....	14
1.2. Uma viagem para além da cidade.....	16
1.3. Cotidiano e coronelismo.....	27
CAPÍTULO II. ANTONIO PINTOR: LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS..	33
2.1. Antonio Pintor: um desconhecido pintor de paredes.....	33
2.2. O roubo, o crime e a revolta na cidade.....	36
2.3. Os deuses que os homens criam.....	50
CAPÍTULO III. A TRANSMISSÃO CULTURAL DA CRENÇA RELIGIOSA EM ANTONIO PINTOR.....	58
3.1. Cultura religiosa no Brasil.....	58
3.2. O culto da fé em Goiás.....	62
3.3. A família e a transmissão da cultura religiosa.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
FONTES ORAIS.....	80
FONTES ESCRITAS.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

RESUMO

CASSIANO, Helena Maria de Castro. **Os homens criam deuses: Antonio Pintor, uma crença popular - 1957**. 2002. 86 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UnB, Brasília.

Este trabalho buscou reconstituir a crença religiosa em Antonio Pintor, um homem simples que faleceu em decorrência dos maus tratos sofridos na cadeia pública do município de Morrinhos-GO, para onde foi levado após ser acusado de um roubo que jurava não haver cometido. Após a descoberta do martírio sofrido por Antonio, a população daquela cidade revoltou-se contra seus algozes, os policiais locais, santificando e naturalizando a vítima, fatos ocorridos entre os anos de 1956 e 1960. A presente pesquisa foi basicamente realizada com fontes orais, posto que não há registros oficiais sobre essa história. Assim, procurei traçar um panorama da vida social daquele município no período em questão e, fundamentalmente, apreender como e por que os homens criam seus deuses. Deste modo, os estudos sobre memória, imaginário e religiosidade foram os vetores desta pesquisa, juntamente com as discussões sobre o uso e a importância das fontes orais no estudo da história.

Palavras chave: Memória; imaginário; religiosidade.

ABSTRACT

CASSIANO, Helena Maria de Castro. **Men create gods: Antonio Pintor, a popular belief - 1957**. 2002. 86 p. Dissertation (Master of Science in History). Post-graduation Program in History, UnB, Brasília.

The present study attempted to rebuild the religious belief in Antonio Pintor, a simple man who passed away due to maltreatment suffered in the local prison of Morrinhos-GO, where he was sent to after being accused of robbery, which he pleaded not guilty. After discovering Antonio's martyrdom, the population of that town arose against his torturers, the local police officers, sanctifying and naturalizing the victim, facts that occurred between 1956 and 1960. This research was basically carried out through the means of oral sources, because there are no official records about this story. This way, I attempted to trace a panorama of the social life of this town in the mentioned period and, fundamentally, grasp how and why human beings create their gods. So, the studies on memory, imaginary and religion were the structure of the present research, together with the discussions about the use and the importance of the oral sources in the study of history.

Key words: Memory; imaginary; religiosity.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre as manifestações populares, tais como as crenças religiosas, as festas, as práticas de cura, entre outras, eram até pouco tempo atrás trabalho exclusivo dos antropólogos e dos cientistas sociais. Segundo CARDOSO e VAINFAS (1997), para a história, essas manifestações passaram a ser consideradas como objetos de estudos a partir do reconhecimento da História Social como legítima, passando pela estruturação do campo das mentalidades e chegando até a redefinição de novas premissas para estudar a cultura através da Nova História Cultural. Desse modo, o interesse por esses campos de estudos surgiu a partir de novos pressupostos, que buscaram nas práticas culturais dos indivíduos em sociedade elementos para entender o passado e reconstruí-lo no presente.

Conforme reflexões de FENELON (1993, p. 76), foi a partir das concepções da História Social que “os chamados ‘temas malditos’, ou seja, os que tratam dos excluídos sociais, sejam eles pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarida nessa historiografia.” Para essa autora, as “investigações sobre esses temas constituem hoje objetos legitimados pela História Social que, desenvolvidos com rigor metodológico, os trazem para o campo de discussão instaurado sobre a cultura.”

Os pioneiros nessa abordagem, iniciada no começo do século XX e retomada a partir do final da década de 1960, foram Lucien Febvre e Marc Bloch. A partir dos trabalhos e propostas destes autores, a historiografia francesa passou a trilhar os rumos das mentalidades, dando ênfase aos processos mentais, à vida cotidiana e às suas representações.

Contudo, CARDOSO e VAINFAS (1997) afirmam que a falta de metodologia e conceituação do termo mentalidades vai levar esse campo de estudos a se dividir em vários

outros campos de análise histórica, como a microhistória, a história do cotidiano e da vida privada e a história cultural, que preservarão parte dos pressupostos das mentalidades sob uma nova roupagem teórica.

Ao lado dessas novas possibilidades abertas para o estudo da história, as discussões acerca da noção de cultura se acirram, abrindo, com isso, novas concepções sobre o termo cultural, apoiadas no conceito de circularidade cultural defendido por GINZBURG (1987).

Assim sendo, entendo que o catolicismo no Brasil não é popular nem erudito, mas sim, o amálgama das várias culturas e concepções religiosas que aqui se encontram e configuram a religiosidade brasileira.

Segundo GINZBURG (1987), não existe uma dicotomia entre popular e erudito, mas sim, uma constante troca de valores entre essas culturas. Nesse sentido, a noção de popular e erudito como instâncias separadas, e por vezes opostas, cai por terra, dando lugar à noção de circularidade cultural, isto é, não há uma cultura totalmente erudita e nem totalmente popular, pois ambas se nutrem e formam os modos de vida, as concepções e os valores da sociedade. Deste modo, o autor rompe com a dicotomia entre a cultura erudita e a cultura popular, abrindo, com isso, novas perspectivas de análise nos estudos sobre a cultura.

Sob esta perspectiva, o presente trabalho pretende reconstituir a formação da crença religiosa em Antonio Pintor, um “santo” que foi criado e naturalizado na cidade de Morrinhos-GO entre os anos de 1956 e 1960, vítima fatal dos maus tratos sofridos na cadeia pública daquele município, quando preso e torturado até a morte, após ter sido acusado de um roubo que ele jurava não ter cometido.

Infelizmente, durante a investigação das fontes oficiais encontrei algumas dificuldades advindas do receio ligado à vergonha ou ao medo que cercam o caso. Ao procurar na delegacia, no Cartório do Crime da cidade, na igreja, na Câmara Municipal, no cemitério e nas funerárias da cidade os registros de atestado de óbito, guia de sepultamento ou processo criminal de Antonio Pintor, nada encontrei. Devido à natureza do objeto-crença religiosa, formado a partir de um crime que abalou a cidade, as fontes escritas desapareceram, o que demonstra haver em torno do fato o desejo de esquecê-lo, como poderá ser observado no decorrer deste trabalho. Deste modo, utilizei fontes jornalísticas e, sobretudo, orais, cuja contribuição foi de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Todavia, há de se considerar que, diferentemente das fontes escritas, as fontes orais possuem algumas especificidades próprias de sua natureza, como nos apontam os trabalhos de BOSI (1987), FERREIRA (1998) e THOMPSON (1998), a partir dos quais

encontramos uma série de sugestões, informações, debates e discussões em relação à seleção, interpretação e utilização da oralidade e da memória como fonte histórica.

Além desses autores, considerei importantes as reflexões de JANOTTI (1992/1993, p. 7-16) na orientação dos passos a serem seguidos na interpretação das complexas relações entre entrevistador e entrevistado. Para essa autora, o importante para os que trabalham com essa fonte é estar atento às vicissitudes da vida, já que a pesquisa de campo “possibilita-lhes o contato humano com a fonte, tornando difícil distinguir se o discurso histórico resultante da entrevista é fruto de uma opção metodológica do cientista ou brota do teor das memórias narradas.”

De fato, tais reflexões metodológicas devem ser observadas. Assim, é preciso proceder a um trabalho analítico dessas fontes, especialmente no tocante às questões de preservação da memória que se deseja manter acerca de determinados fatos da história. Outra questão importante a se considerar hoje é que as fontes orais oferecem uma riqueza de informações que vai além do mero complemento da informação de fatos registrados pelas fontes escritas.

Conforme reflexões de ANTONACCI (1997), a história social e cultural tem encontrado na história oral possibilidades que sustentam e avançam as questões que tentam compreender o fazer-se dos indivíduos a partir do significado que atribuem às suas experiências de vida e à forma como vivenciam suas tradições e culturas.

Contudo, para trabalhar com a fonte oral dentro da metodologia da história oral é importante considerar a proposta de AMADO e FERREIRA (2000), que defendem ser a história oral, como todas as metodologias, apenas uma forma de estabelecer e ordenar procedimentos de trabalho, funcionando como uma ponte entre a teoria e a prática. Ainda segundo AMADO e FERREIRA (2000), na área teórica, a história seria então capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar questões.

Nesse sentido, entendo que as interpretações históricas devem ser buscadas dentro da teoria da história, onde se agrupam conceitos e categorias capazes de pensar os problemas que surgem durante o fazer histórico.

Sob esta perspectiva, recorri a autores como HALBWACHS (1990), que define e discute as relações entre memória coletiva, histórica e individual; LE GOFF (1996), que analisa os estudos desenvolvidos sobre memória e história; e THOMPSON (1998), que além de um excelente guia metodológico, oferece-nos uma vasta discussão sobre a principal preocupação dos que trabalham com essa fonte, que é a sua confiabilidade.

Através do conhecimento desses e de outros trabalhos sobre as técnicas e a metodologia da fonte oral, encontrei grandes possibilidades de realizar a presente pesquisa com bases teóricas e metodológicas viáveis.

Quanto às críticas que apontam a fonte oral como uma criação individual e subjetiva, considere que o importante não é saber o que é verdade ou mentira na narração dos fatos que estão sendo lembrados, mas a forma como esses fatos são lembrados. A questão a investigar foi: o que levou os moradores de Morrinhos à criação, recriação e naturalização desta crença religiosa e como ela vem sendo transmitida de geração para geração?

O importante na reconstrução dessa memória foi saber como as pessoas lembram os fatos geradores dessa crença religiosa, bem como quais são suas opiniões e interpretações acerca desta crença.

A dicotomia verdade/mentira sobre os fatos da história hoje não é o mais importante. Afinal, como podemos saber sobre a verdade dos fatos da história passada se só podemos conhecê-la através da interpretação de quem os viveu? Como saber quem fala ou não a verdade ou a mentira? Como podemos ter certeza de que o documento escrito está falando a verdade, quando, por muitos anos, a história oficial foi escrita pelos representantes do poder e dos vencedores, ficando os vencidos no silêncio, sem poder contar suas versões da história? Que garantia temos de que os documentos escritos pela “história oficial” são mais “verdadeiros” do que as histórias contadas por indivíduos comuns da sociedade que viveu os fatos em questão?

Como podemos observar, a probabilidade de invenção e reinvenção dos fatos do passado pode ocorrer dos dois lados. Dificilmente o historiador encontra nos documentos escritos pelos vencedores os registros de suas arbitrariedades sociais, econômicas, políticas e culturais contra os vencidos. Assim, em ambos os casos cabe ao historiador um olhar crítico sobre as fontes e uma interpretação à luz de sua problemática atual para tentar ler, nas entrelinhas do texto escrito, o que não está escrito, bem como tentar perceber o não dito ou criado pela fonte oral.

A pesquisa de campo para a execução do presente estudo obedeceu a dois momentos de realização. Num primeiro momento foram entrevistadas 14 pessoas moradoras da cidade de Morrinhos durante o período de 1956 a 1960, pertencentes a diversas classes sociais e obedecendo a uma faixa etária de 65 anos ou mais. Tal critério foi adotado pois considere importante conhecer a história de Antonio Pintor através de narradores que viveram direta ou indiretamente os fatos. Além disso, pude verificar um pouco do cotidiano individual e social de cada um deles. Quando se recordavam de seu trabalho, de suas lidas

diárias, de seus filhos, de seu casamento, do time de futebol, da Festa do Centenário, da fábrica de leite, dos pais, do aeroporto, do delegado, das escolas, das eleições, entre muitas outras coisas, os narradores revelavam costumes, valores e modos de vida desta sociedade durante o período estudado, permitindo-me, assim, compor o quadro social em que Antonio Pintor tornou-se “santo”.

Deste modo, os entrevistados para este primeiro momento da pesquisa de campo, a quem muito agradeço, foram: Aurita Alves Teixeira, 58 anos, professora; Benedita Rosa da Costa, 68 anos, artesã e fiandeira; Célio Rodrigues da Silva, 56 anos, pedreiro e pintor de paredes; Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado; Divina Aparecida, 78 anos, dona de casa; Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime; Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada; Ismael da Silva Neto, 62 anos, escrivão de polícia; José Frauzino, 86 anos, promotor público aposentado e escritor; Maria Helena Andrade, 62 anos, dona de casa, filha da dona da pensão onde Antonio Pintor estava hospedado no momento de sua prisão; Maria da Trindade, 68 anos, professora aposentada; Nilza Diniz Silva, 78 anos, professora aposentada e escritora; Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa; Sebastião Rosa da Silva, 60 anos, fotógrafo.

Num segundo momento, as entrevistas foram feitas para que eu pudesse observar se essa crença religiosa vem ou não sendo transmitida de geração para geração no interior das famílias. A princípio, esta pesquisa propunha-se a entrevistar cinco famílias moradoras de Morrinhos; contudo, devido à grande resistência dos moradores em lembrar do fato e narrá-lo, foram entrevistadas apenas três famílias.

Para a segunda parte da pesquisa de campo também foram adotados alguns critérios. O primeiro deles foi entrevistar as três últimas gerações de cada família, sendo que a primeira geração de cada uma delas deveria estar morando em Morrinhos na época dos acontecimentos que culminaram com a formação dessa crença religiosa e pertencer à faixa etária de 65 anos ou mais. O critério de seleção da segunda geração foi ter 30 anos ou mais; o da terceira geração foi ter 15 anos ou mais.

As famílias entrevistadas foram: Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime, sua esposa Dona Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada, sua filha Maria Aparecida Frauzino, 45 anos, funcionária pública e sua neta Camila Gomes Frauzino, 16 anos, estudante; Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa, sua filha Aurita Alves Teixeira, 58 anos, professora e sua neta Rita Lara Teixeira, 16 anos, estudante; Benedita Rosa da Costa, 68 anos, artesã e fiandeira, sua filha Luciene Euzébio da Costa, 30 anos, sem profissão definida e sua neta Leticia Euzébio da Costa, 15 anos, estudante.

As questões a serem respondidas por essas famílias foram: 1) Se são ou não crentes em Antonio Pintor; 2) Se são, como passaram a acreditar nele; 3) Como essa crença vem sendo transmitida, naturalizada e ressignificada por eles.

As entrevistas foram realizadas e gravadas nos domicílios dos entrevistados e, posteriormente, transcritas. A duração de cada uma delas variou de 30 a 90 minutos, segundo a disponibilidade e as dificuldades de cada um deles. Também foram realizadas algumas observações no túmulo de Antonio Pintor, onde abordei informalmente alguns fiéis. Foram ainda levantadas informações na imprensa e em duas crônicas publicadas a respeito.

Durante as entrevistas constatei que muitos daqueles que participaram diretamente dos acontecimentos e que vivenciaram os fatos demonstram uma certa resistência para lembrar do caso, advinda do medo e do receio que ainda o cercam. Apenas o Senhor Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado, sua esposa, Dona Divina Aparecida, 78 anos, dona de casa, o Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime e sua esposa, Dona Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada, embora demonstrando muita tristeza e revolta ao se recordarem da história de Antonio Pintor, não se furtaram às suas lembranças da história; contudo, ainda demonstraram uma certa desconfiança. Muitos pensaram que eu pudesse ser parente de Antonio Pintor e outros, ainda, que fosse da polícia. Porém, a resistência ocorreu apenas quando se tratava das lembranças da morte de Antonio Pintor, pois os narradores se sentiram mais à vontade em falar sobre as lembranças da cidade e de sua vida social.

Assim, procurei deixar claro para os narradores que o objetivo da presente pesquisa não era julgar as ações dos policiais que maltrataram Antonio Pintor, nem tampouco provar se ele faz ou não milagres. Tentei esclarecer que apenas gostaria de conhecer os acontecimentos que envolvem a vida e a morte de Antonio Pintor, além dos “milagres” recebidos por seus fiéis, para entender como e porque essa crença passou a existir, qual seu significado para a sociedade que a criou e a naturalizou e, também, perceber se ela vem sendo repassada de geração para geração.

Já aqueles que conheceram os fatos através de terceiros, ou seja, através de amigos, vizinhos ou parentes, não ofereceram resistência em falar sobre as lembranças de Antonio Pintor.

Deste modo, busquei compreender os fatos que marcaram a memória dos narradores para, a partir daí, alinhar o fio que tece a constituição dessa crença religiosa.

Analisando as histórias de vida, consegui compreender os elementos que constituem essa crença religiosa, bem como sua intrínseca relação com os problemas sociais

vividos por esta sociedade antes e depois de Antonio Pintor. Contudo, o trabalho com a fonte oral tem suas limitações. Uma delas é a impossibilidade de passar para a linguagem escrita as emoções e os sentimentos demonstrados pelo narrador no momento de suas lembranças. Ao recordar suas vidas, os narradores choram, riem, demonstram raiva, amor, ternura, revolta, esperança, entre outros tantos sentimentos, que só ao ouvinte direto é permitido ver e compartilhar.

Para melhor leitura e compreensão desta pesquisa, o trabalho foi formatado e normatizado de acordo com ALVARENGA e ROSA (2001) e dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No Capítulo I apresento a cidade de Morrinhos entre os anos de 1956 e 1960, revelando seus aspectos socioculturais, conhecimento que é de fundamental importância para a compreensão dessa crença religiosa.

No Capítulo II busco apreender, a partir das lembranças dos moradores da cidade, crentes ou não em Antonio Pintor, a história de sua prisão, tortura e morte e dos acontecimentos sociais advindos daí, os quais marcaram a memória coletiva e individual desta sociedade, bem como identificar os sentimentos que elegem um “santo” e as práticas sociais que o naturalizam.

No Capítulo III analiso alguns autores que trabalham com a questão da cultura religiosa em nosso país para, a partir daí, analisá-la no Estado de Goiás. A seguir, através das histórias de vida narradas, busco perceber se tal crença e, conseqüentemente, sua história, sobrevive nas gerações mais novas, quem a transmite e porque o faz.

Alimentada por meio da cultura oral e das práticas sociais que lhe dão forma, essa crença tem mantido a lembrança de um período vivido pela sociedade de Morrinhos, em cujas relações sociais a violência era uma prática comum, especialmente na cadeia pública, violência esta que ainda está presente nos dias atuais, de acordo com ARANTES (2001).

CAPÍTULO I. MORRINHOS: SOCIEDADE E CULTURA

“O escrito é como uma cidade para a qual as palavras são mil portas.”

Walter Benjamin

Neste capítulo busco apresentar a cidade de Morrinhos-GO, onde se criou no imaginário popular um “santo” conhecido como Antonio Pintor. Tendo como objeto de pesquisa a constituição dessa crença religiosa, este capítulo se propõe a dar um pequeno panorama da história da cidade, bem como contextualizá-la no período em que tal crença foi gestada (1956-1960). Em seguida, analisarei o cotidiano social dessa sociedade com o intuito de identificar as práticas culturais que sedimentaram essa crença religiosa.

Assim, o capítulo se divide em três partes. A primeira buscará identificar nas origens dessa cidade os elementos socioculturais que formaram sua sociedade. A segunda parte tratará de sua inserção no contexto estadual, cuja imagem aos olhos do governo federal apresentava-se, nesse momento (1956-1960), como um dos pilares para o desenvolvimento do País, o qual vivia sob a égide da política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek. A terceira será dedicada a algumas práticas sociais que norteavam o cotidiano da cidade de Morrinhos neste período, por entender ser nelas que se encontram algumas das razões que criaram e naturalizaram essa crença religiosa.

Vale esclarecer que este cotidiano se configurava sob a égide de algumas práticas culturais advindas das relações sociais fundadas no coronelismo, fenômeno este ainda presente na sociedade morrinhense no período em questão.

1.1. Imagens do passado

Morrinhos, conhecida como a “cidade dos pomares”, devido ao grande número de árvores frutíferas que possui, e também como “Atenas de Goiás”, devido à fama de cidade

culta e progressista que lhe foi cunhada durante os anos 30 pelos próprios moradores da cidade, localiza-se ao sul do Estado de Goiás, distante uns 130 km da capital, Goiânia.

Segundo FUNES (1986, p. 67), suas origens remontam à primeira metade do século XIX, no final da transição da economia mineradora para a agropecuária. SILVA (1982, p. 5) afirma que o povoado de Nossa Senhora do Carmo, cuja fundação originou a cidade de Morrinhos, foi inaugurado pelos irmãos Corrêa Bueno (Antonio, Vicente e Jacinto), oriundos de Patrocínio-MG, que se dedicavam à lavoura e à pecuária. Conta esta autora que o bisneto de Jacinto, João Corrêa Bueno, afirmou ter sido a Capela de Nossa Senhora do Carmo construída entre 1833 e 1838, apresentando como provas duas pontas de aroeira com datas gravadas a fogo, as quais teriam sido aparadas dos esteios do pequeno templo.

Esta versão é confirmada em um livro de memórias de FERREIRA (1993, p. 45), descendente dos Corrêa Bueno, no qual recompõe a árvore genealógica de sua família. De acordo com sua narrativa, Morrinhos deve sua fundação às complicações que aqueles irmãos tiveram com a lei quando ainda viviam em Minas Gerais. Os irmãos Corrêa Bueno, preocupados com sua segurança, prometeram a Nossa Senhora do Carmo que levantariam uma igreja em sua homenagem se fossem felizes em sua nova morada. O cumprimento da promessa levou cinco anos, com a Igreja iniciada em 1833 e concluída em 1838, data que gravaram em um pedaço de aroeira.

SILVA (1982, p. 1) afirma ser impossível precisar a data da chegada dos irmãos Corrêa Bueno ao local, mas os documentos existentes indicam que foi no final da década de 1820. FERREIRA (1993, p. 20) menciona apenas que eles se dirigiram a Morrinhos no início do século XIX.

Ainda segundo SILVA (1982, p. 5), novas famílias, de várias outras localidades do Triângulo Mineiro, vieram para o povoado, dedicando-se à lavoura e à pecuária. Em menor escala, goianos e paulistas foram aparecendo. Dessa forma, “as raízes mais antigas de Morrinhos são constituídas de gente do triângulo mineiro”.

As primeiras habitações foram erguidas ao longo das margens do Córrego Maria Lucinda. A mais antiga planta da cidade que encontrei no decorrer desta pesquisa não tem data e mostra apenas as propriedades rurais já demarcadas. Certamente deve ter sido encomendada por aqueles que queriam deixar claro os limites de suas propriedades, num sinal indicativo de valorização das terras na região. Os indícios remetem esta planta à década de 1870, por dela constar o nome da esposa do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, Dona Francisca Carolina de Nazareth Moraes, que se mudou para a cidade nessa época.

Segundo FONSECA (1998), por volta de 1870 o Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, natural da cidade de Goiás, estabeleceu-se em Morrinhos. Comerciante atacadista, tornou-se um dos homens mais ricos e poderosos da região. Sua influência política, segundo a bibliografia existente, tal como em FONSECA (1998) e AMORIM (1998), foi tão grande quanto seu poder econômico. Foi o primeiro Intendente de Morrinhos e Vice-presidente do Estado em todos os quadriênios até sua morte, em 1905, deixando dois filhos: Hermenegildo Lopes de Moraes e Alfredo Lopes de Moraes. De acordo com FONSECA (1998, p. 162):

Hermenegildo Lopes de Moraes, o filho, passou a ocupar o prestígio e poder do pai. Foi reeleito várias vezes para o cargo de deputado federal. Em 1909 ganhou a eleição para a Presidência do estado, mas não pôde assumir em função dos acontecimentos políticos de 1909, mas nem por isso caiu no ostracismo. Em 1917, elegeu-se para a Presidência do estado tornando-se secretário da casa de leis da qual era membro.

Após a morte de Hermenegildo Lopes de Moraes, o filho, em 1925, seus negócios foram administrados por sua esposa, Dona Maria Amabini de Moraes, conhecida na cidade como Dona Fiíca. Segundo as histórias de vida coletadas para a presente pesquisa, essa mulher tornou-se uma figura lendária na cidade. Herdeira de uma imensa fortuna, tomou várias iniciativas de cunho social, construindo escolas e vendendo, a preços módicos, lotes de terras para as famílias mais carentes da cidade. Sua memória permanece no imaginário popular como a de uma mulher boa e querida pela comunidade morrinhense.

Dona Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa, ao lembrar de sua figura durante a década de 1950 relata:

...eu lembro quando aqui... a Dona Fiíca era dona do cinema aqui, muita coisa né, eu lembro, quando eu vinha cá eu ficava na casa de uma tia, aí sempre eu via o povo carregando ela, eu falava, quem que é aquela que o povo tá carregando? Aí eles falava, é a Dona Fiíca que é dona do cinema, dona da região, aí o povo foi comprando dela e fazendo casa, ela era muito rica e não tinha nenhum filho. Isso eu lembro do povo falar...eu vi,...quando eu vi ela, ela já era velhinha...¹

Ao herdar a fortuna do marido, Dona Fiíca herdou também seu poder político na cidade e na região, mantendo-o até sua morte, em 1982, com 107 anos de idade.

1.2. Uma viagem para além da cidade

O contexto da década de 1950 marca, na sociedade brasileira, uma retomada do crescimento econômico, com base em planejamentos que começaram a ser implantados durante o governo de Juscelino Kubitscheck.

¹ Entrevista concedida em 20 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

Segundo CORREA (1999), o plano de metas que vinha sendo gestado desde o governo Dutra consistia em cinco projetos, os quais foram elaborados por uma equipe de técnicos brasileiros e americanos, com base em profundos estudos, visando a um rápido desenvolvimento da economia brasileira, de forma a capacitar o capitalismo avançado norte-americano. Estas metas tinham como prioridades a indústria de base e o aumento das vias de comunicação, com a construção de estradas de rodagem.

Acompanhando as reflexões de BORGES (2000), o Estado de Goiás participou desse movimento como uma região que necessitava desenvolver-se, obedecendo à política desenvolvimentista do governo federal, cuja ideologia estava inserida nos modelos norte-americanos de desenvolvimento capitalista. Com uma economia fundada na pecuária e na agricultura, o Estado havia experimentado pouco ou quase nenhum desenvolvimento industrial. Nesse sentido, BORGES (2000, p. 48) afirma:

Assim, uma imensa área, com uma população rala e um manancial de riquezas ainda inexplorado, aparecia aos olhos do governo federal como a região do país que asseguraria as condições necessárias para o desenvolvimento político, econômico e social do Brasil.

Segundo SILVA (1997, p. 29), no campo político, o Estado de Goiás, com sua posição geográfica, “apresentava-se como o espaço ideal para sediar a capital federal, acalentando assim, o desejo antigo, já verificado no governo Vargas, da integração e formação de uma identidade nacional.”

Vale lembrar que em Goiás o sonho da transferência da capital federal para o planalto central remonta ao início do século e envolvia outros interesses que não só os econômicos. Conforme reflexões de SILVA (1997, p. 31):

...os Coimbra Bueno defendiam a idéia de que o Centro-Oeste seria o lugar ideal para a tão sonhada integração nacional. Nesse sentido, tiveram uma participação ativa na construção de Goiânia e lutaram para a transferência da capital federal para o planalto central.

Acompanhando ainda as considerações de SILVA (1997), durante a primeira metade da década de 1930 os goianos fizeram a transferência de sua própria capital. Buscando modernizar o Estado e desenvolvê-lo, integrando-o à economia nacional, a sociedade goiana insistia na idéia de fazer da Região Centro-Oeste o coração do Brasil. De acordo com SILVA (1997, p. 35), “assim, pessoas como os irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno construíram Goiânia e passaram a ser conhecidos pela insistência no projeto da nova capital federal.”

Segundo CHAUL (1997, p. 96), “a construção de Goiânia, acabou materializando o projeto de inserção de Goiás no projeto nacionalista em curso nos anos 30”.

A vontade de trazer a industrialização para a região se fortalecia. Assim, os goianos acreditavam que se a capital federal passasse para a Região Centro-Oeste, o Estado teria mais condições de se industrializar. De acordo com SILVA (1997, p. 46), no Ofício nº 533, do dia 29 de julho de 1957, p. 3, escrito em resposta a um pedido de esclarecimento encaminhado pela Procuradoria Geral da República, o presidente da Assembléia Legislativa de Goiás (CO) resume a expectativa do Estado:

Goiás sairia de um estágio de economia quase colonial para entrar, de repente, em fase de intensa industrialização (...) excitada a nova mentalidade que se estava formando (...) a localização da capital federal no planalto goiano transmutaria o panorama econômico do estado e lhe garantiria um lugar de relevo, ao lado dos vários Estados da Federação.

Assim, no Governo de José Ludovico de Almeida (1955-1959), adepto da interiorização do Brasil e do mudancismo goiano, o projeto de transferência da capital federal ganhou força. Segundo SILVA (1997, p. 42), sob o governo de José Ludovico funcionou a Comissão de Cooperação para a mudança da capital federal, que efetivou a desapropriação das terras do Distrito Federal.

O progresso verificado no Estado de Goiás, fomentado pela transferência de sua capital, acenava novamente para os goianos com a construção de Brasília. Abriam-se estradas, intensificou-se o comércio, fomentou-se a pequena e média indústria, o transporte foi facilitado, aumentou a população, criaram-se empregos, enfim. Segundo GOIÁS (apud SILVA, 1997, p. 46):

A transferência era momento especial sim, a oportunidade de afirmação e construção da identidade goiana: a tese da indolência sertaneja, que já foi tantas vezes refutada com os incontáveis exemplos que pontilham o crescimento do país, não resiste à palpitante realidade que representa Goiás, sem falar em Brasília, onde o braço caipira está edificando a metrópole ideal dentro da mais moderna arquitetura do mundo.

Assim, o Estado goiano apresentava-se ao governo federal sob três perspectivas: a primeira, por se tratar de um território rico em matérias-primas, poderia suprir as necessidades básicas das indústrias das Regiões Sul e Sudeste do País; a segunda, por fomentar a migração, colocava o Estado como um grande mercado consumidor para os produtos industrializados do País; e a terceira, por possibilitar a realização do antigo desejo de transferir a capital do Brasil para a Região Centro-Oeste.

Conforme opinião de SILVA (1997, p. 38), não era só para o Estado de Goiás que a transferência da capital interessava. Os goianos recebiam o apoio de outras regiões do País, como Sudeste, Norte e Nordeste, que também alimentavam o sonho da integração nacional:

A vida natural, autêntica, essencial, do sertão permitia reforçar a opção prática e realista da nacionalidade que encontra a si mesma no seu centro. O centro resolverá a dicotomia norte-sul, a nacionalidade que está

em jogo e o destino do Brasil como potência. É como fonte de vitalidade e renovação da brasilidade que Goiás se apresenta na luta mudancista.

Segundo a trilha aberta por BORGES (2000), ao contrário do que os goianos esperavam, mesmo com a mudança da capital para a Região Centro-Oeste, o Estado continuou carente de investimentos no setor secundário da economia, além de perder o incentivo no setor primário. Isso se deu também pela necessidade que os fazendeiros latifundiários, conhecidos na região por práticas culturais definidas como coronelismo², herança da Primeira República, tinham de preservar seu poder local, mantendo, assim, uma estrutura agrária na região. De acordo com BORGES (2000, p. 18), “assim, a perversa aliança entre burguesia industrial e grandes proprietários de terra manteve a estrutura agrária tradicional e tendeu a bloquear qualquer medida política no sentido de transformá-la.”

Para BORGES (2000, p. 22), o movimento de 30, ao se comprometer com os grandes proprietários rurais, formando um pacto de poder entre burguesia industrial e setor agrário tradicional, não alterou a estrutura fundiária e agrária do país:

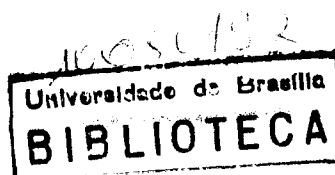
Assim, o Governo Vargas transformou o projeto de desenvolvimento nacional em um processo de modernização conservadora, promovendo o avanço das forças produtivas e das relações capitalistas de produção no setor urbano-industrial sem alterar o status quo agrário.

Segundo SILVA (1997, p. 46), após a inauguração de Brasília os políticos goianos, acostumados a manter-se no poder por relações fincadas nas práticas coronelísticas, acabaram se distanciando do poder central, “pois as regras da dominação patrimonial (aquela que nasce do poder doméstico organizado) eram desrespeitadas no Distrito Federal.”

Em relação ao desenvolvimento social, com a construção de Brasília o Estado de Goiás abria-se aos migrantes das Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do País, os quais, à procura de melhores condições de vida e emprego, vinham para o Estado que despontava como a grande potência brasileira à espera do progresso e da civilização. O QUADRO 1 demonstra o movimento migratório para o Estado de Goiás no período em questão.

Com sua fama de cidade culta e progressista, Morrinhos participava desse movimento atraindo pessoas das mais diversas localidades, mantendo, desta forma, uma intensa migração. A cidade recebia os migrantes que vinham a essas terras oferecendo empregos e melhores condições de vida; daí, sua imagem de cidade acolhedora. Muitos dos

² A figura do coronel no contexto goiano não se identifica, primordialmente, com o rico fazendeiro, mas com o indivíduo que dispõe de alguns recursos e que conquistou a sua política de mando valendo-se da fama de ser bravo e violento. Assim, o elemento imperativo para o exercício do mando em Goiás era a prática da violência, que dava ao coronel fama e reconhecimento, de acordo com CHAUL (1998). O fato de um coronel ter jagunços e fama de ser violento era fundamental para o exercício do poder, pois a brabeza física intimidava seus adversários. Entre todos os requisitos locais para o exercício do poder, a fama de violento era um dos principais, segundo CAMPOS (1983).



entrevistados que vieram de fora confirmam tais informações. Dona Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa, vinda de Buriti Alegre-GO, diz:

Nasci no município de Buriti. Tem 22 anos que eu moro aqui. Graças a Deus fui muito bem recebida, nunca tive mal querença por ninguém, né. Toda vida foi. Tem os amigos, os vizinhos. Toda vida fui bem recebida, graças a Deus, porque era o ruim meu foi só porque eu perdi o marido, né. Fiquei muito chocada. Do contrário, graças a Deus, eu não tenho nada que reclamar.³

QUADRO 1. Migração para o Estado de Goiás em 1940 e em 1950.

Estado de origem	Migração par o Estado de Goiás (%)	
	1940	1950
Minas Gerais	44,77	53,32
Maranhão	21,30	16,72
Bahia	20,66	15,74
São Paulo	4,63	5,41
Piauí	4,66	4,31
Outros	3,98	4,50
Total	100	100

Fonte: GRAHAM e BUARQUE FILHO (apud BORGES, 2000).

Não apenas Dona Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa, atesta ter sido acolhida pela sociedade murrinhense. Dona Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada, quando perguntada sobre sua chegada àquele município e permanência responde:

...Buriti, nós somos de Buriti. Eu estava com 5 anos. Tem 58 anos que eu tô morando aqui. Já me considero murrinhense e não aceito quem fale de Morrinhos e não aceito quem fale de Buriti, tem duas cidades que eu não aceito.⁴

O Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime, nascido e criado na cidade, fala de Morrinhos e de sua receptividade com orgulho:

Aqui sempre foi uma cidade que o povo recebia bem, uma das razões que criou uma certa comoção da morte dele (refere-se a Antonio Pintor), porque era uma pessoa de fora, morreu aqui, a policia matou espancado, foi isso o motivo que comoveu a cidade, porque o povo sempre recebia os visitantes bem aqui.⁵

A cidade de Morrinhos, desde a década de 1930 mantinha uma grande importância política, econômica e social para o Estado de Goiás. Segundo CHAUL (1998, p. 56), nessa década o município ao sul “configurava-se como um dos mais importantes do Estado,

³ Entrevista concedida em 5 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁴ Entrevista concedida em 7 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO

⁵ Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

Tais informações me permitem pensar que a vida social neste município era permeada por laços de solidariedade, amizade e tranquilidade social. Porém, como vimos, as práticas coronelísticas eram uma constante no cotidiano social desta cidade, levando a sociedade a tolerar e a aceitar a violência, a relação de mando e poder como parte de sua cultura. Todavia, a violência praticada contra a pessoa de Antonio Pintor provocou uma grande revolta na cidade. Os moradores de Morrinhos não aceitaram sua prisão, tortura e morte. Por que? Quais elementos constitutivos da religião estão presentes na formação dessa crença religiosa? Por que se formou uma credence ao redor dessa figura? O que teria acontecido para que Antonio Pintor se tornasse um “santo”? O que representa Antonio Pintor para essa sociedade? É o que veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II. ANTONIO PINTOR: LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS

A memória é o melhor ponto de partida para navegantes com desejo de vento e de profundidade..

Eduardo Galeano

Neste capítulo pretendo reconstituir a memória de Antonio Pintor, um “santo” criado e naturalizado na cidade de Morrinhos-GO, entre os anos de 1956 e 1960, vítima de maus tratos sofridos na cadeia pública daquele município. O pintor de paredes, após ser preso por ter sido acusado de um roubo, o qual jurava não haver cometido, foi torturado até a morte pela polícia local.

Por ter convivido por apenas alguns dias na cidade, sendo logo preso, torturado e morto, as informações sobre a permanência de Antonio Pintor na cidade, antes de se tornar uma crença religiosa, são escassas. Contudo, as poucas informações a seu respeito foram suficientes para traçar-lhe um perfil, possibilitando-nos, assim, conhecer um pouco do pintor de paredes que se tornou um “santo”.

2.1. Antonio Pintor: um desconhecido pintor de paredes

Segundo BARBOSA (1965, p. 26), Antonio Pereira Zica, conhecido como Antonio Pintor, alcunha que lhe foi dada por possuir a profissão de pintor de paredes, era alto, robusto e de rosto avermelhado, tinha uns 45 anos de idade quando chegou ao município de Morrinhos, em fins de 1956 e hospedou-se em uma das oito pensões existentes na cidade, permanecendo nela até ser acusado de um roubo, sobre o qual jurava inocência. De acordo com as lembranças de Dona Maria Helena Andrade, 62 anos, dona de casa, filha da dona da pensão onde se hospedava Antonio Pintor, ele era um homem bem querido pela sua mãe, que o tratava muito bem:

...eu lembro que quando ele chegou lá na pensão eu devia de ter uns 15, 16 anos, minha mãe logo se afeiçãoou a ele. Dizia que ele era um homem bom e honesto, que era bom trabalhador e muito religioso... Inclusive quando ele foi preso, minha mãe não aceitou, ficou doente, levava comida na cadeia, mas os soldados não deixavam ela entrar. Ela não acreditava que ele tinha roubado aquele dinheiro lá, que tinha sumido dos outros hóspedes...²³

As pessoas entrevistadas sobre suas histórias de vida em Morrinhos lembram que, ao chegar à cidade, Antonio Pintor logo conseguiu serviço e começou a trabalhar. Além de pintor, era também pedreiro e, conforme as narrações orais, era um bom profissional.

O Senhor Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado, morador de Morrinhos desde os 5 anos de idade, participante direto dos acontecimentos que geraram essa crença religiosa, conheceu Antonio Pintor e narra:

O seu Antonio, ele já estava trabalhando aqui. Então eu já estava com o comércio adiantado, era bom o movimento, como eu disse, eu trabalhava naquele tempo... A casa comercial era prá ter quase tudo que a gente precisava. Então eu tinha a sessão das tintas e material para construção, eu tinha um bom estoque e veio então o seu Antonio Pintor, seu Antonio Pereira, conhecido como Antonio Pintor, ele era pedreiro, mas dedicava mais à pintura, e era bom pintor naquela época. Então ele descobriu que lá no armazém tinha o que ele precisava, ferramentas, pincéis de todo tamanho, nas larguras todas que precisava e assim outras coisas que ele precisava eu sempre tinha no estoque e alguma que faltava ele me dava o nome da mercadoria, imediato a gente fazia pedido. Então com aquilo ele passou a ser meu freguês e, por sinal, pelo menos comigo, foi um homem muito direito, muito bom, boa pessoa, um diálogo assim respeitoso, tudo muito bom. Então ele começou... aliás trabalhando assim... ele de um serviço, já eles gostavam, já vinha outro, já pegava outro serviço e aquilo foi acumulando e quando ele viu que já dava prá ele trabalhar mais tempo, numa tarde ele chegou lá em casa prá escolher a tinta... ele passava à tarde, ele gostava de passar, terminar o serviço. Naquele tempo a gente fechava era 8 horas da noite, às vezes mais. Então ele passava em média 5 e meia, 6 horas e ele já escolhia o que ele precisava. Quando era no outro dia cedo, ele sabia que tinha muito freguês na parte da manhã, então demorava mais prá ser atendido, então ele já escolhia a tarde o que ele precisava, já deixava separado, quando era no outro dia ele já ia pro trabalho, já passava e pegava as tintas, já era mais fácil, era só pegar e sair. Naquela tarde ele veio conversando, foi escolhida a tinta, eu lembro bem que ele escolheu três latas de tinta na cor marrom, marrom média assim, uma cor muito bonita, com tudo separadinho que essa não chegou a levar coitado, ficou lá, junto mais umas outras xadrez, aquela coisa, o vermelho xadrez, ficou tudo lá a mercadoria que ele havia já escolhido prá levar no outro dia pro trabalho e aí ele me falou, "No fim de semana eu vou buscar a minha mamãe, porque eu peguei muito serviço, vou ficar aqui mais tempo." Era ele quem zelava da mãe. Então ele ia buscar, ele falou, "Eu já aluguei uma casa, vou no sábado e volto no domingo já trazendo a minha mamãe, que ela vai ficar aqui." Ele tava alegre, desejando prá ele também felicidades, boa viagem e tudo e que assim que a mamãe chegasse a gente ia fazer uma visita prá ficar conhecendo e tudo, ficamos ali conversando. Aí pega, chega um freguês e tudo, então ele despediu e foi embora e naquela noite houve um roubo na pensão...²⁴

²³ Entrevista concedida em 20 de agosto de 2001, na cidade de Morrinhos-GO.

²⁴ Entrevista concedida em 10 de março de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

As lembranças acima narradas nos apontam que Antonio Pintor buscava fixar residência na cidade e nela viver com sua mãe, já que sua profissão, de pintor de paredes, estava assegurando-lhe a sobrevivência.

Embora fizesse pouco tempo que morasse naquela cidade, todos os entrevistados, conhecedores ou não de Antonio Pintor, atestaram ter sido ele um homem bom, educado e muito religioso.

Dona Maria da Trindade, 68 anos, professora aposentada, moradora da cidade desde os 2 anos de idade, relembra o que ouviu falar sobre Antonio Pintor, antes de seu infortúnio:

...Antonio Pintor eu não conheci. O povo que diz que ele era uma pessoa finíssima, muito religioso, diz que era muito religioso, boa pessoa, demais. Ai inclusive a dona da pensão, quando ele foi preso, diz que ela não queria que fizessem isso com ele, mas a policia veio, pegou e levou...²⁵

Quanto à sua origem, ninguém tem certeza de qual cidade havia vindo e nem se tinha família. Apenas o Senhor Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado, como vimos, faz referência à sua mãe; os outros entrevistados nada sabem a respeito de Antonio Pintor.

As lembranças do Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão do Cartório do Crime, aposentado, nos dão uma idéia das origens de Antonio Pintor:

Me parece que ele veio de Santos. Naquela época existia na igreja a Congregação Mariana e eles acharam lá na mala dele uma fita de Congregado Mariano. Tava na mala dele, parece que ele tinha... supunha que ele era congregado mariano lá em Santos. Agora não sei...²⁶

Como vimos, as informações sobre sua vida cotidiana durante o período em que viveu na cidade são escassas. Dessa forma, apenas algumas recordações sobre Antonio Pintor e sua estada na cidade são narradas nas histórias de vida coletadas. As lembranças de Dona Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa, confirmam tais informações:

Eu não sabia nem se ele tinha família. Eu não ouvi esse comentário de ninguém, porque quando a pessoa morre, tem família, ai é mais comentado, né. Agora eu não sei, eu não conheci, eu não conheci ele... nem a família dele, não sei. Só ouvi dizer que era um homem bom, trabalhador e muito religioso.²⁷

Como podemos observar nas narrações acima, Antonio Pintor não era muito conhecido na cidade. Contudo, aquelas pessoas que o conheceram, ou que ouviram falar dele, atestam ter sido ele um homem bom, trabalhador e honesto.

²⁵ Entrevista concedida em 5 de junho de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

²⁶ Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

²⁷ Entrevista concedida em 20 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

Todavia, o fato de Antonio Pintor estar há pouco tempo na cidade e não ser muito conhecido pelos seus moradores contribuiu para que ele fosse acusado de um roubo, preso e torturado até a morte. Dona Nilza Diniz Silva, 78 anos, professora aposentada e escritora, narra sua versão:

Normalmente, não sei se você tem observado isso, chega uma pessoa de outro lugar, uma pessoa estranha. A princípio ela é olhada com desconfiança, não é? A gente sabe como é que é, olhado com desconfiança. Será que merece crédito? Será que não merece? De repente, na pensão que ele está hospedado, sem ninguém conhecer, some uma mala de um viajante lá. Em quem que cai a culpa? Naquele desconhecido.²⁸

Essas pessoas não conheceram Antonio Pintor como ser humano, como pessoa, como homem; elas conheceram apenas a história de seu infortúnio. Somente dois entrevistados, o Senhor Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado, e Dona Maria Helena Andrade, 62 anos, dona de casa, filha da dona da pensão onde ele se hospedava, atestam tê-lo conhecido, fazendo boas referências à sua pessoa. Um dado que considero importante, e que foi muito lembrado pelos entrevistados, foi ter sido Antonio Pintor, *muito religioso*, segundo Dona Maria da Trindade, 68 anos, professora aposentada, católico praticante, já que era um *Congregado Mariano*, como afirma o Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime, que lá trabalhava na época do ocorrido.

Tal dado contribuiu para que essa crença religiosa se formasse. Gerada a partir da prisão, tortura e morte de um desconhecido pintor de paredes e da reação social advinda deste fato, ela preserva, na memória coletiva da sociedade local, o momento em que a cultura de mando e poder foi questionada, como veremos a seguir.

2.2. O roubo, o crime e a revolta na cidade

Nesta parte do capítulo, apresento, através de nota de jornal e, principalmente, das narrativas orais, a memória da prisão, tortura e morte de Antonio Pintor e da revolta social advinda daí, ocorrida na cidade de Morrinhos no ano de 1957.

Assim como THOMPSON (1998, p. 184), entendo que a “história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação.”

Nesse sentido, as narrações orais que fundamentaram esta pesquisa trazem lembranças dos acontecimentos que geraram e naturalizaram essa crença religiosa, ressignificando-os conforme a imaginação de cada um dos narradores. Afinal, as lembranças

²⁸ Entrevista concedida em 25 de abril de 2001, na cidade de Morrinhos-GO.

nada mais são do que imagens do passado, rebuscadas na memória, no momento em que são recordadas pelo narrador.

Ao refletir sobre a importância da história oral e sua relação com a recuperação da memória dos fatos, THOMPSON (1998, p. 17) afirma ser este um método extremamente capaz de “preservar tanto a memória individual quanto a coletiva”, pois acredita “que a memória de um pode ser a memória de muitos, o que possibilita a evidência dos fatos”, e acrescenta que:

A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória (...), mostrando-se um método bastante promissor para a realização da pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem.

Segundo HALBWACHS (1990, p. 78), “a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados.” Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, PORTELLI (1997, p. 16) nos alerta que, “em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas (...) são exatamente iguais.”

Nesse sentido, as histórias de vida coletadas durante a presente pesquisa, quando relembram os acontecimentos ocorridos na cidade de Morrinhos em torno da morte de Antonio Pintor, abrigam várias versões do fato, sem perder, com isso, sua verossimilhança com o acontecido.

Como diz THOMPSON (1998, p. 154), as narrativas orais variam conforme as necessidades sociais de seus narradores ou ouvintes, mas “são consistentes o bastante para que se possa identificar os elementos originais mediante o estudo da estrutura das diferentes versões”.

Contudo, as memórias sobre Antonio Pintor não sofrem muitas variações, coincidindo em muitas informações dos narradores.

Nas lembranças do Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime, também aparece esta revolta coletiva:

Não aqui... Nossa! Aqui ficou a população tudo contra a polícia. Quiseram invadir a cadeia prá pegar eles. Aqui foi um trem feio. Ai essa polícia, esse delegado que veio, trouxe uma polícia, trouxe gente de fora prá dar segurança, porque aqui... inclusive ele mandava a polícia sair na caminhonete armada e dá uma volta prá população vê que... nós estamos dando segurança prá eles. Porque ficava aquela comoção, o povo contra a polícia e medo da polícia de alguma represália.²⁹

O Senhor Ismael da Silva Neto, 62 anos, escrivão de polícia, nascido e criado em Morrinhos, também testemunha ocular dos fatos, narra a sua versão sobre o ocorrido:

²⁹ Entrevista concedida em 7 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

A população ficou totalmente revoltada. Então foram para o local e lá com a pressão do pessoal, dos populares e eles desenterraram. Os policiais autores do crime enfiaram a mão lá e ficou tirando terra, galhos de pau, terra, aquela coiserada tudo e foi descobrindo o corpo, até tirar o corpo prá fora e ele já estava em estado avantajado, em estado bastante inchado, que fazia uns três dias, não me lembro, que ele já estava dentro do chão e estava com um mal cheiro terrível. Então com essa pressão danada, esse pessoal ficou assim sem... tiveram que tirar o corpo e esse corpo foi levado pro pátio da cadeia. Eu lembro muito bem que nessa época os muros lá era baixinho. Então a polícia não deixou ninguém entrar prá dentro do pátio da cadeia do presídio, mas ficaram todo mundo ao redor, ao redor todinho de quarteirão do muro do presídio ficou cheio de pessoas de lá de fora olhando os médicos, que se eu não me engano, Dr. Filemon é um, Dr. Ênio é outro e mais fizeram a autópsia desse corpo que foi colocado lá no pátio em cima de um jirau e abriram ele e olharam por dentro. Não sei que conclusão que deu nessa época, mas eu de fora vi tudo isso.³⁰

Assim, as histórias de vida coletadas nos apontaram que a morte de Antonio Pintor provocou na cidade um mal-estar. Havia um incômodo geral, um alvoroço, como relembra Maria da Trindade, 68 anos, professora aposentada, moradora da cidade desde os 2 anos de idade:

... havia aqui na praça um alvoroço, porque a cadeia era aqui perto de casa. Então aquele alvoroço danado e aquela coisa, um mal cheiro fora do comum. Ai nós ficamos curiosos, fomos saber o que foi. Ai foi que nos contaram do Antonio Pereira Zica, que tinha sido assassinado pela polícia, tinha enterrado ele, ai acharam, achou ele lá no matagal, enterrado lá, ai trouxeram. Foi os outros da polícia que levaram... Ai nós chegamos. Menina, tava aquele alvoroço, os médico fazendo a autópsia lá na cadeia mesmo, tinha que fazer... Ai me contaram dele... Um senhor que tinha vindo de fora. Ele morava na pensão... Ele era vendedor e pintor de paredes, ai houve um roubo na pensão e o pessoal disse que ele tinha roubado e botaram ele na cadeia sem prova, sem nada. Ai era inocente. Ai ficou esse mito... Era inocente, pessoa finissima, muito religioso... Ai inclusive, a dona da pensão, acho que não queria que fizesse isso com ele... Mas a polícia veio, pegou e levou, e nisso maltrataram ele demais lá, nossa... Tinha uma mulher de um soldado ai que era amiga da gente, não saía daqui de casa, da minha avó, ela contava, nossa... Essa noite eu não dormi, porque esse homem gritou demais. Eles batiam demais nele e ele pedia água e eles jogavam sal nele, não, mas pintaram, e essa mulher... ela ficava doidinha, sabe, mas não podia falar nada, porque era o tenente que mandava.³¹

Essas lembranças confirmam o desejo de justiça contra a prisão, tortura e morte de Antonio Pintor, seu martírio e sofrimento nas mãos da polícia, sua inocência e ligação com a igreja – era considerado um Mariano, filho de Maria, sua conduta na cidade, seu reconhecimento como homem trabalhador e honesto, sua preocupação com a mãe, já que tencionava buscá-la, sua amizade com alguns moradores, entre outras coisas. Todos esses fatores foram situações sociais concretas e reais, que provocaram a revolta dos moradores de Morrinhos diante da injustiça cometida contra a sua pessoa.

³⁰ Entrevista concedida em 10 de maio de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

³¹ Entrevista concedida em 10 de março de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

Segundo uma crônica de BARBOSA (1965):

O ambiente na cidade era de boataria. Ainda por cima, a cadeia fechada. Antes do almoço partira para Goiânia um oficial de justiça, emissário do juiz de Direito, para trazer um delegado que investigasse e apurasse tudo. O povo não podia continuar naquela tensão. A cadeia fechada, completamente fechada, o Delegado e os soldados escondidos lá dentro – e nas ruas a falação. Que: a polícia tinha matado o tal Antonio; primeiro bateu demais nele, depois obrigou-o a passar sede a noite inteira, e o coitado antes de morrer pediu água sem parar, “água”, gritava, e não lhe levavam água, e ele gemia e pedia água, até amanhecer morto. Depois puseram-no dentro de um caixote e o transportaram para o cerrado, para lá do campo de aviação e o enterraram. Começou a juntar gente em frente a cadeia. Foi ajuntando, ajuntando. Cada qual, cada quais – iam, um a um se aglomerando, para comentar e esperar. No largo da cadeia, largo da igreja. Zunzum. Zunzuns. Leréia. Da cadeia, na cadeia, a cadeia: a grande porta central larga fechada. Ninguém lá dentro? Onde estão os presos? A multidão – crescente. Em redor, e também no meio, sinais de ajuntamento humano; bicicleta (muitas), motocicletas (algumas), automóveis (alguns também), e um caminhão (depois chagaram mais três caminhões). Gente a pé, turbamulta. E o vozerio trançando no ar. Comentários. Que que foi, que que não foi. Isso e aquilo. Que isso, que aquilo. O povo esperava. Na hora do almoço, raleou. Muitos foram para casa almoçar, prometendo voltar. Voltaram. Você fica, eu vou; eu volto, você vai e eu fico. Passou a hora do almoço. A multidão já era uma multidão. Ouvida, de longe: desde a esquina do Hotel Machado. (...). Meu Deus, que coisa. Que absurdo. E agora? Isso vai ficar assim? Boato: vem um delegado de Goiânia, para prender a polícia. Prender a polícia? Que graça! Precisa mesmo. Hoje em dia – tudo do avesso. Polícia ruim, cruel. _Vamos invadir a cadeia? Um chispa, no centro confuso misturado à multidão.

_É mesmo! Vamos pegar esses soldados assassinos! Alastrava-se o foguinho ateado: fogueira daí a pouco. De rodinha em rodinha, de grupo em grupo, transmitia-se a idéia-sugestão: invadir a cadeia, arrambar-lhe a porta, trucidar os soldados – principalmente o sargento e o delegado, os piores de todos os ruins.

_Isso mesmo!

_É.

_Vamos.

_Eu topo!

_Mataram um inocente!

_Ele era filho de Maria, mariano!

Organizador o fotógrafo propunha:

_A gente dá um grito de entrar.

Ouviam-no, esperançosos, todos.

_E vingá a morte desse coitado inocente! Vamos pegar a muque esses cangaceiros!

_O delegado também é dos mais culpados! Gritou alguém.

_Ele também a gente acaba com ele – esclareceu, informativo, o fotógrafo. Lá na frente, moveu-se a multidão. Punhos cerrados batiam na porta. Algumas vociferações.

_Vocês não escapam!

_Assassinos!

_Isso mesmo!

_Canalhas!

Movimento, ondulosamente. O juiz é que chegava andando entre duas alas que se lhe abriu. Chegou e falou:

_Nada de fazer bobagem, gente! É muito pior. Não está direito fazer justiça com as próprias mãos. Aqui em Morrinhos não é terra sem lei para que o povo queira tomar o lugar da justiça.

_Justiça que mata inocente! – gritou o fotógrafo.

O juiz pespegou um olhar fulminante.

— Cala essa boca, se não eu te prendo neste momento! São moleque!

A reação enérgica do juiz impressionou a multidão. O zunzum diminuiu. A voz do juiz comandou, escoteira:

— Vai chegar um delegado novo de Goiânia para apurar tudo. Dentro de uma hora, duas horas no máximo, ele estará aqui. Virá devidamente acompanhado de um pelotão de soldados. A cidade está em ordem, o respeito à lei será garantido. Fique todo mundo ciente. Que ninguém pense o contrário. Que ninguém pense em fazer bobagem.

Lá pelas duas-três horas, chegou o novo Delegado. Ordenou a prisão dos soldados, sargento, delegado Godói, os quais permaneciam dentro da cadeia, armados, janelas fechadas. O cabo Inácio guiou o delegado e o juiz – mais um cortejo de gente – até o lugar da sepultura do cadáver. Lá exumaram-no. De volta à cadeia, a camioneta quase não podia andar, por causa da procissão que a envolvia. O cadáver afinal foi colocado em cima de uma mesa, no pátio da cadeia. Fez-se a autópsia; pouco depois começou o inquérito policial.

Como podemos perceber nas narrativas acima citadas, a morte de Antonio Pintor levou a população a se revoltar contra a violência e a arbitrariedade cometidas pela polícia. Nesse sentido, a memória coletiva de Antonio Pintor abriga as lembranças de um momento no qual a sociedade morrinhense rompeu com as práticas culturais de mando, poder e violência, predominantes naquela sociedade no período em questão.

O crime chamou a atenção da imprensa mineira. O jornal *Correio de Uberlândia* (REEDIÇÃO, 1957, p. 6) registrou o crime:

Estarrecedor crime enlutou a bela cidade goiana de Morrinhos. Edição “melhorada” e “corrigida” do crime João Relojoeiro? Morrinhos, próspera cidade do interior goiano, foi há dias palco de um crime que pelo seu caráter, muito se assemelha ao nefando crime cometido em nossa urbe há poucos meses. Antonio de tal, mineiro de tal, nascido em tal, aportava naquela cidade a procura de emprego que lhe possibilitou a existência. Dias depois, a cidade foi alarmada com um grande roubo. A polícia investigando o crime não conseguiu determinar o criminoso. Como soe acontecer em tais casos, a polícia necessitava de um “bode expiatório” e este recaiu na pessoa de Antonio. Proclamando aos quatro ventos sua inocência, Antonio foi barbaramente espancado e não resistindo aos maus tratos recebidos veio a falecer nas mãos de seus algozes. Querendo encobrir o crime, a polícia obrigou um detento a ajudá-los a sepultar a vítima em local ermo. Dias mais tarde, talvez acuado pela própria consciência, o detento relatou o hediondo crime. Populares mais exaltados quiseram invadir a delegacia de polícia com o fito de linchar os autores do crime, sendo barrados pelo tenente que viera de Goiânia a fim de tomar as devidas providências que o caso exige. (Do Correspondente).

As histórias de vida mostraram também que em Morrinhos não era possível haver julgamento, pois, se lá houvesse, os policiais não teriam a menor chance de ser absolvidos, já que a população estava muito revoltada. O Senhor Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado, que fez parte do corpo de jurados, relembra:

...ai começa o processo. Ficou mesmo constatado que foi os policiais que haviam roubado. Ai então eles ficaram ali assim, mas prá não ficar preso, o povo muito inflamado com aquilo. Ai eles retiraram eles daqui. Teve que levar prá Goiânia. Passado uns meses, um tempo, teve então a sessão do júri. Tem que ser no local a preferência, então tentaram realizar a sessão do júri aqui em Morrinhos. Eu era jurado, na época eu era jurado. Então

eu fui indicado prá fazer os trabalhos naquele dia. Então a gente vai, chega lá no fórum super lotado, um zum, zum, zum, igual uma caixa de abelha, aquele zum, zum, zum e a gente via que tinha muita revolta ali. E aí, então, o corpo de jurado tava ali, o Juiz ali, mas aí faltou, não me recordo se foi o advogado de defesa, se foi o promotor, fugiu da memória... Aquela multidão, aquele calor, não conseguimos gravar qual que tinha faltado. Aí foi suspenso a sessão do júri. Mas é que eles estavam com receio era do linchamento. Aí levaram os presos lá prá cima e então foi adiado. Quando foi na outra sessão, do mesmo jeitinho, também, aí eu não sei se houve essa sessão do júri, se foi em Goiânia, num outro lugar, eu não fiquei sabendo mais. Eu só me lembro que o sargento foi prá Goiás, levou daqui a companheira, que é a Maria, e foram prá Goiás. Viveram muito bem, os dois tava muito bem. Ele ficou lá em Goiás e aí então ele morreu, encerrou o assunto e agora a gente tá relembando do que aconteceu aqui em 1957.³²

Embora vários narradores mostrem fatos comuns em suas lembranças, alguns falam de aspectos diferentes ao dizer o que viram ou ouviram contar. Isto mostra como a memória de Antonio Pintor é ressignificada pelos moradores de Morrinhos quando afloram as lembranças de sua morte e da revolta social advinda daí.

O Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime, ao lembrar dessa revolta em favor da condenação dos policiais, narra:

...prenderam os policiais. Veio o delegado de fora com a turma do soldado, prenderam os policiais, prenderam esse delegado, eles ficaram preso aí. Responderam processo aqui, fizeram processo aqui. Aí, como você tava falando, tava até preparado prá ser o julgamento aqui, eles entraram com o pedido no Tribunal, o tribunal desaforou e passou prá outra comarca. Disse que aqui não tinha condições, porque o júri não seria imparcial, porque foi uma comoção danada aquele negócio, principalmente depois que desenterraram. Aí eles conseguiram... Eles foram a júri popular em Piracanjuba, mas então a defesa alegava que se eles fossem julgados aqui eles não tinham chance nenhuma de serem absolvidos, quer dizer, iam ser condenados, porque o povo estava tudo contra eles. Aí conseguiu desaforamento. O tribunal marcou prá Piracanjuba. Eles foram julgados lá e foram condenados, todos eles foram condenados, todos eles foram condenados. Morreu, acho que um morreu antes, outro foi expulso... É, eles foram expulsos da polícia. Não sei se eles cumpriram a pena.³³

O Senhor José Frauzino, 86 anos, promotor público aposentado e escritor, que foi o promotor público do caso, lembra que o processo foi desaforado para o município de Piracanjuba-GO, onde houve um acordo entre as partes e o julgamento foi cancelado:

O sargento foi para Goiás, conseguiu ser transferido e lá ele morreu. Lá ele andava livremente. O comandante foi lá no batalhão... Livre, ele não ficou preso não. Os outros ficaram presos. Os soldados ficaram presos aqui, depois requereram desaforamento e julgamento para Piracanjuba, porque aqui eles seriam condenados. O juiz tinha declarado que aqui não haveria imparcialidade, porque na cidade todo mundo se revoltou. Não haveria imparcialidade, eles seriam condenados.³⁴

³² Entrevista concedida em 10 de novembro de 2001, na cidade de Morrinhos-GO.

³³ Entrevista concedida em 11 de novembro de 2001, na cidade de Morrinhos-GO.

³⁴ Entrevista concedida em 15 de outubro de 2001, na cidade de Morrinhos-GO.

O Senhor Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado, morador de Morrinhos desde os 5 anos de idade, ao ser perguntado sobre a história de Antonio Pintor, narra:

...a pensão era ali na praça da rodoviária, era uma casa antiga, assim... mais baixa, de esteio, uma casa grande. Era ali prá cima das centrais elétricas, mais prá cima um pouco. E aí então naquela noite houve um roubo. Roubaram um dinheiro lá e tal, eu não sei aí direitinho como que foi. Só sei que houve esse furto e por causa que ele era um inquilino mais novo na pensão, certamente tinha menor conhecimento né, aquela coisa. E naquele furto tinha um empregado lá na pensão que ficou assim por dentro do assunto e aí, quando o pintor chegou, foi à noite e deram o alarme do roubo e aí a policia chegou e tudo e prendeu o seu Antonio Pintor e ele falou, "Gente, eu sou inocente, eu trabalho, eu cheguei aqui agora de pouco, eu nem tô sabendo de nada que aconteceu..." Prenderam esse homem, levou ele lá prá cadeia e aí foi obrigando ele a confessar que era ele o autor do roubo. Ele então negava, ele era inocente, ele negava, mentir, eu confio muito em Deus, eu sei que ele tá vendo tudo que passa, acontecendo se eu falar, se eu aceitar eu estou mentindo e prá Deus eu não vou mentir. E aí então eles começaram o martírio, a judiar com ele, coitado, no fundo ali do quintal da cadeia, era a cadeia. Na esquina tinha o quartel e depois, na Rua Alagoas, desce pro fundo assim, no fundo que fazia divisa com o quintal da cadeia, tinha uma casa que era do Senhor Manoel. A Dona Nega, que era mulher dele, foi costureira muito boa ali. E então eles pegaram o seu Antonio Pintor e levaram lá pro fundo e ali começaram o martírio. Judiava demais com ele e a Dona Nega ficava ouvindo e ela tinha muita dó e não podia abrir a boca e falar as coisas. Então eles ia mantendo aquele sigilo do que passava e aquilo foi aumentando, aumentando, foi o maior martírio acontecido aqui, eu creio que até hoje foi esse. Foi muito judiado, muito maltratado mesmo e eles davam... obrigavam ele a engolir sal e quando não tinha condição de engolir sal, então tinha um bastãozinho prá enfiar o sal e ele gritava, pedia. A Dona Nega escutava aquilo e ela parece que percebia como que ele tava passando, introduzindo aquele sal através daquele bastãozinho ali né. E aí o que acontece, quem engole muito sal, imediato tem sede. Então ele acorrentado ali, eles punha a água e despejava a água cristalina na frente dele, mas não dava prá ele beber...³⁵

Ao chocar a sociedade morrinhense, esse crime transformou o cotidiano da cidade, naquele período, marcando a memória coletiva e individual de seus moradores. O ocorrido com Antonio Pintor extrapolou o limite da violência naquela sociedade. Acostumada a conviver em uma cultura na qual a perda da vida justificava-se por honra, poder e mando, já que matar por esses motivos era aceito por ela, a prisão, tortura e morte de Antonio Pintor não se justificou, não foi tolerada e a população desejou fazer justiça e punir os culpados, algo inédito nas relações sociais cotidianas do município.

Ao tratar da relação entre memória individual e memória coletiva, HALBWACHS (1990) afirma que, embora diferentes, memória coletiva e memória individual não se dissociam. Nesse sentido, a história do sofrimento e da injustiça impostos a Antonio Pintor sobrevive na memória coletiva da cidade, bem como na memória individual de seus

³⁵ Entrevista concedida em 11 de março de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

moradores. Afinal, o ocorrido com Antonio Pintor abalou o indivíduo, sua família, seu grupo e sua cidade. Como indica PORTELLI (1997, p. 16):

A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais.

Ao refletir sobre a ética na História Oral, PORTELLI (1997, p. 16) nos alerta para o termo “memória coletiva”. Segundo este autor, o termo deve ser evitado, pois “embora estejamos trabalhando com o intuito de registrar lembranças que possam ser coletivamente compartilhadas e aproveitadas, devemos ser cautelosos ao situá-las fora do indivíduo.”

Porém, para HALBWACHS (1990, p. 51) há um predomínio do social sobre o individual e não existe uma memória individual pura, pois esta carrega imagens dos sujeitos e dos lugares de onde são evocadas. Isto é, a memória, inserida num contexto histórico social, compartilha e é compartilhada pelo meio:

A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios cada um tomado à parte, e em seu conjunto.

Ainda segundo HALBWACHS (1990, p. 54), “a memória individual não existe sozinha, pois o meio social em que o indivíduo se situa é parte integrante de suas lembranças.” Desse modo, a memória individual, quando evocada, apóia-se na memória coletiva e as lembranças surgem interpenetradas umas às outras. Isto é, a memória individual, evocada pelo “eu”, vem sempre acompanhada das lembranças do meio social e das pessoas que participaram daquela experiência recordada. HALBWACHS (1990, p. 54) afirma que:

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem freqüentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existe fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou e que emprestou do meio.

Sob esta perspectiva, à medida que a população de Morrinhos relembra o acontecido a Antonio Pintor, ela também reconstrói seu passado e sua identidade. As lembranças do Senhor Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado, nos esclarecem sobre essa questão:

...Na manhã eu ia na casa do papai. Toda manhã eu ia trabalhar, eu não abria meu armazém sem primeiro ir na casa do papai. Era aquela vidinha antiga, aquela coisa, aquele respeito, aquele amor aos pais. Então primeiro eu não ia trabalhar sem primeiro tomar a bênção do meu papai, sem tomar o cafezinho da minha mamãe. E aí então eu assumi ali várias coisas que eles precisavam da véspera. Aí eu levava as coisas que eles precisavam, passava no açougue, arrumava as coisa tudo e levava prá eles. Já perguntava a mamãe, “Que mais que a senhora vai querer prá mim trazer amanhã?” Então naquela manhã eu ia subindo, quando vem

subindo uma caminhonete. O sargento, era meu conhecido, o cabo era muito conhecido, o soldado não. Tinha um caixote, eu tenho a impressão que deve ser um caixote assim, que trouxe uma peça como geladeira, que naquele tempo tinha muita fartura de madeira, então vinha tudo dentro dos caixotes, aquelas tábuas reforçadinhas, tudo prá proteger a mercadoria... Então passa o sargento em pé, ao lado desse caixote, e do lado de lá, o soldado, e com dois presos, um preto, que esse até pouco tempo morou aí em Caldas Novas, e o outro preso de lá. Então eles iam, tinha dois presos e o soldado ia na frente com o motorista levando aquele caixote. E quando eu tava descendo, o sargento sorriu prá mim e tal, falou, "Alô, cumpadre." A gente, como diz, não percebeu nada. Subi e fui prá casa do papai.³⁶

Como podemos observar nas lembranças do Senhor Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado, a memória coletiva constitui-se das lembranças de experiências vividas coletivamente por vários indivíduos, porém, ao ser evocada, é o indivíduo que o faz, levando-a, assim, a possuir uma dimensão individual. HALBWACHS (1990, p. 55) afirma que:

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamariamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica.

A memória individual traz à tona lembranças de experiências passadas, e se tais experiências não foram vividas sozinhas, ao serem lembradas virão à tona acompanhadas das imagens das pessoas que dela participaram e dos lugares que lhes serviram de palco. Nesse sentido, as lembranças, mesmo evocadas individualmente, carregam consigo o meio social onde se configuraram, imprimindo, dessa forma, um caráter coletivo e social à sua substância.

Assim, as histórias de vida narradas para esta pesquisa revelaram que as experiências recordadas estão relacionadas não só à vida individual, particular e íntima, como também à vida coletiva, social, comunitária ou grupal. Afinal, é graças à memória que conservamos as lembranças de gerações passadas e preservamos as tradições e os costumes. Tendo a finalidade de nos fazer lembrar, podemos considerar a memória como portadora e até mesmo formadora de uma identidade. Só sabemos quem somos quando lembramos nossas origens, recordamos nossos pais, avós, amigos, enfim, guardamos na memória imagens de pessoas, lugares e situações que atestam nossas experiências passadas. Conforme THOMPSON (1998, p. 208) "recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade".

Desse modo, a memória de Antonio Pintor guarda experiências individuais e coletivas e forma uma identidade entre aqueles que viveram os fatos e compartilharam os sentimentos que o tornaram "santo".

³⁶ Entrevista concedida em 23 de junho de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

HALBWACHS (1990) também trata das diferenças entre história e memória. Para este autor, a capacidade de lembrar não se dá por um condicionamento externo a um fenômeno interno. Nesse sentido, HALBWACHS (1990, p. 48) afirma que “no íntimo da lembrança, no núcleo da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo de filiação institucional.” Referindo-se a Halbwachs, BOSI (1987, p. 17) afirma que:

É graças ao caráter objetivo, transubjetivo dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado.

Assim como HALBWACHS (1990), entendo que a memória coletiva guarda as experiências vividas em grupo. Desse modo, as lembranças da comoção e da revolta vividas pelos moradores de Morrinhos devido à morte de Antonio Pintor abrigam-se na memória coletiva desta sociedade e formam, como dito acima, uma identidade entre eles.

A memória histórica, por sua vez, pode ou não ter sido vivida pelo memorizador. Ela pode fazer parte da memória do indivíduo por outros meios, como por exemplo por ter ouvido falar do fato ou acontecimento, como ocorre com a história de Antonio Pintor, por ter lido em livros, jornais ou revistas, ou por ter visto uma foto. Ela pode fazer parte da memória por meio de informações vindas do exterior. Para HALBWACHS (1990), esse fenômeno transforma a memória coletiva em memória histórica. A memória histórica existe de fora para dentro, pois é formada pelas informações vindas do exterior. A memória coletiva é aquela que guarda lembranças de fatos que mudaram a sociedade e transformaram modos de vida.

Segundo LE GOFF (1996, p. 476), “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.” Para este autor:

São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

BURKE (2000) afirma que um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo da textura. O Senhor Ismael da Silva Neto, 62 anos, escrivão de polícia, conta sua versão do fato:

Eu me recordo dessa época. Eu, garoto ainda, usava calça curta, costume daquela época. E aconteceu esse crime aqui na cidade de Morrinhos, na cadeia pública. Era o senhor Antonio Pintor que se chama até hoje. Esse Antonio Pintor, segundo comentários da época, ele estava trabalhando e hospedado aí na pensão e sumiu uma determinada quantia em dinheiro e essa pessoa foi acusada de ter praticado o furto desse dinheiro. Foi investigado pela polícia, que naquela época se chamava Miguel Baiano e

outros, que a gente não recorda o nome de todos, mas foram investigar esse rapaz, esse tal de Antonio Pintor. Disse que prenderam ele e segundo comentários, que a gente não participou disso, não viu nada, mas os comentários de rua, os boatos daquela época... E prenderam esse Antonio Pintor. Judiaram muito com ele, deram inclusive carne salgada prá ele, deixou ele passar sede e diante dessa judiação ele veio a falecer. Esses policiais deixaram ele na cadeia num quarto que existe na parte décima, no andar de cima e de madrugada... Durante o dia eles foram numa loja, compraram um caixote... é que naquela época as mercadorias vinham mais era no caixote, e compraram um caixote grande e colocaram este... essa pessoa, Antonio Pintor, neste caixote. E de madrugada eles chegaram até a quebrar ele prá poder caber dentro deste caixote, que não era um caixão, era um caixote, prá caber a pessoa dele. Então ele foi meio apertado dentro desse caixote e levaram prá saída da cidade, no cerrado. E enterraram ele lá e isto veio ao esclarecimento graças a uma pessoa que se encontrava preso. Uma pessoa de 50 anos mais ou menos, tinha seduzido ou estuprado uma menina de 9 anos naquela época e se encontrava preso. E ele foi usado neste caso para ajudar a carregar o corpo. Foi a pé, levaram este corpo prá saída da cidade, que hoje neste local é cidade. Então hoje lá é cidade, mas naquela época era um cerrado. Então é isso o que eu tenho a dizer. Esse Oscar foi investigado e ficou calado, mas ganhou a liberdade nessa época. Que eu, eu tô falando tudo o que eu ouvi dizer, que eu era criança naquela época, eu não participei de conversa nenhuma com ninguém, mas isso aí é o que eu ouvia na esquina, nas roda era isso o que eu tô contando. Eu gravei isso bem. Então foi quem contou a verdade. O crime foi desvendado graças a esse Oscar, que contou todos os detalhes que eu tô passando agora. Eu me lembro que um caminhão nessa época encheu de populares e foram para o local e eu também fui na carroceria desse caminhão e outras pessoas foram de jipe, de D-48, desse carro antigo que era o carro de luxo na época dos motoristas de praça tudo, tinha pouco carro em Morrinhos.³⁷

LE GOFF (1996, p. 471), ao tratar da relação entre memória e história, recorre a André Breton, que em 1922 escreveu: “e se a memória nada mais fosse que um produto da imaginação?” Analisando os materiais da memória coletiva e da história, LE GOFF (1996, p. 474) admite ser a história a forma científica da memória coletiva. Fazendo um estudo sobre história e memória, o autor diz que “...o que sobrevive na historiografia, não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas sim, uma escolha efetuada por aqueles que se dedicam a estudá-lo, os historiadores.”

Dessa forma, LE GOFF (1996) esclarece que estes materiais de memória apresentam-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado e, nesse caso, o túmulo de Antonio Pintor se apresenta como tal; e os documentos, escolha do historiador. Isto é, o historiador, no momento de escolher os documentos com os quais vai trabalhar e atestar a verdade da memória coletiva que pretende registrar, rompe com a memória livre e espontânea do narrador, perdendo, dessa forma, o lado épico, heróico e glorioso da memória

³⁷ Entrevista concedida em 15 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

que pretende contar. Assim, ao passar pelo crivo da razão, a memória coletiva deixa de sê-lo para tornar-se memória histórica, a qual obedece criteriosamente os ditames da ciência.

A citação de NORA (1993, p. 9) é bastante esclarecedora sobre esta questão:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação, intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Assim, história e memória não são a mesma coisa. A memória liga-se à lembrança de experiências vividas que não precisam de explicações para serem acreditadas. Esta é a memória épica dos poetas na Grécia Antiga, segundo VERNANT (1990), dos “narradores” de BENJAMIN (1994) e dos velhos de BOSI (1987). A História, ao contrário, é o estudo sistemático e científico desta memória, exigindo explicações plausíveis e coerentes para os fatos que narra. Afinal de contas, a morte de um pintor de paredes nas mãos da polícia no interior de Goiás não constitui evento tão incomum. O que o torna significativo é o modo como ele funciona na memória das pessoas. Quarenta e cinco anos depois, sua morte ainda repercute na imaginação popular. Conforme nos alerta THOMPSON (1998, p. 183):

Os fatos de que as pessoas se lembram e se esquecem são, eles mesmos, a substância de que é feita a história. A mesma subjetividade que alguns vêem como uma fraqueza das fontes orais pode também fazê-la singularmente valiosa. Pois a subjetividade é do interesse da história tanto quanto os fatos mais visíveis. O que o informante acredita é, na verdade, um fato (isto é, o fato de que ele acredita nisso), tanto quanto o que realmente aconteceu.

O esquecimento é outro traço da memória. As lembranças se apagam de nossa mente quando nos afastamos por um longo tempo do objeto ou do sujeito que esforçamo-nos por lembrar no presente. Nesse sentido, HALBWACHS (1990, p. 32-33) afirma que:

Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam. Esquecer uma língua estrangeira é não estar mais em condições de compreender aqueles que se dirigiam a nós nessa língua,

ainda que fossem pessoas vivas e presentes, ou autores cujas obras liamos.

Porém, esquecer também pode estar relacionado a lembranças que queremos apagar. Momentos do passado que nos fazem sentir vergonha, medo, ou que nos causam sofrimentos. Assim, o esquecimento pode ser apenas a resistência do memorizador, cujas lembranças vão de acordo com o seu interesse. Ao serem perguntados sobre a história de Antonio Pintor, muitos dos entrevistados, especialmente aqueles envolvidos com o poder e o status local, mostraram-se reticentes em contá-la; outros, nem sequer falaram sobre o assunto, desconversando e impossibilitando a entrevista.

Segundo THOMPSON (1998), o essencial é que haja uma disposição para lembrar: esse traço da memória é especialmente importante para o processo de entrevista. Inversamente, a lembrança pode ser inibida pela relutância: quer uma fuga consciente a fatos desagradáveis, quer uma repressão inconsciente. Nesse sentido, o processo da memória depende não só da capacidade e da compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. Para THOMPSON (1998, p.154), “assim, é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse e necessidade social.”

Conforme nos aponta a reflexão de KHOURY et al. (1989, p. 27), o esquecimento ou a lembrança podem estar relacionados aos interesses políticos e/ou econômicos em jogo:

A trama da luta de classes envolve não apenas práticas e atitudes, como também a memorização do acontecer social que também faz parte do exercício do poder. Faz parte do exercício do poder ocultar a diferença, a contradição, decidindo o que deve ser lembrado, como deve ser lembrado e, em contrapartida, o que deve ser esquecido.

Desse modo, podemos dizer que o não julgamento dos policiais e o desaparecimento do atestado de óbito de Antonio Pintor foram formas encontradas para esquecer este período na cidade, onde o poder e a violência foram postos em xeque, questionando, dessa forma, a ordem vigente.

Portanto, entendo que a memória coletiva de Antonio Pintor, isto é, sua prisão, tortura, morte e a revolta social advinda daí, abriga as lembranças da oposição dos moradores de Morrinhos às relações de mando e poder comuns àquela sociedade durante o período em questão. Ao exigir a punição dos policiais, os moradores de Morrinhos denunciaram, condenaram e reprovaram a arbitrariedade do poder local, representado, nesse caso, pela polícia.

Conforme reflexões de CHAUI (1986, p. 24-25), “a cultura popular se efetua por dentro da cultura dominante, ainda que para resistir a ela mesma.” Para esta autora:

A cultura popular se manifesta como resistência a uma sociedade autoritária, onde o povo é capaz de se organizar, reivindicar direitos

básicos e preparar-se para penetrar no universo dos direitos políticos e culturais explícitos.

Acompanhando as reflexões de LE GOFF (1996), uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas é tornarem-se senhores da memória e do esquecimento. Para LE GOFF (1996, p. 426), “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” É assim que se faz a história de Antonio Pintor e a crença que ela abriga. Somente suas lembranças a sustentam e lhe dão legitimidade.

Então, essas narrativas estão sujeitas a variações quando mudam as necessidades sociais de seus narradores ou ouvintes, mas são consistentes o bastante para que se possa identificar os elementos que constituíram a crença religiosa em Antonio Pintor.

Dona Maria Aparecida Frauzino, 45 anos, funcionária pública, embora seja filha do Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão do Cartório do Crime na época e sobrinha do Dr. José Frauzino, 86 anos, promotor público de Morrinhos em 1957, ao ser perguntada sobre a história de Antonio Pintor, afirma que não a conhecia:

Eu, sinceramente, eu nunca ouvi falar. Ai, ontem, depois da gente ter conversado, eu, por curiosidade, perguntei prá um amigo meu. Ele conheceu um pouco da história. Ele me contou. Ele me falou que era um rapaz que foi confundido com um criminoso e ele foi espancado até a morte. Só isso que ele me falou, mas é que a gente tava assim em serviço, então eu não entrei em detalhes, não. Eu só sei isso, porque foi por curiosidade, né, que eu... Sinceramente, eu nunca tinha ouvido falar.³⁸

Várias outras pessoas contemporâneas do infortúnio de Antonio Pintor, que pertencem à classe social mais privilegiada da sociedade morrinhense, comungando de sua alcunha de “Atenas de Goiás”, não comentam sua história com os mais jovens. Talvez por considerá-la bárbara e hedionda, preferem que seja esquecida. Contudo, não teria sido bárbara e hedionda porque lembra uma ruptura com o *status quo* da cidade de Morrinhos? Não seria daí que surge o desejo de esquecê-la? Além da sinceridade dos narradores quando expressam as lembranças da morte de Antonio Pintor (memória religiosa), há também o desejo de esquecer o tumulto, a revolta e o confronto entre as culturas.

Contudo, as memórias de Antonio Pintor não permitem que sua história caia no esquecimento. Afinal, seu túmulo encontra-se no cemitério local, sendo o mais visitado durante todo o ano, especialmente no Dia de Finados, quando as manifestações de fé e devoção em torno dele relembram, revivem e ressignificam suas memórias, como veremos a seguir.

³⁸ Entrevista concedida em 8 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

2.3. Os deuses que os homens criam

Que sentimentos elegem um santo? Indignação? Culpa? Piedade? Revolta? Compaixão? Esperança? Como esses sentimentos relacionam-se com a formação de uma crença religiosa?

Como podemos perceber nas memórias narradas e escritas sobre a história de Antonio Pintor, sua inocência e sofrimento foram os motivos que levaram a população a se revoltar.

Tais motivos provocaram os sentimentos de piedade e indignação, dando as condições necessárias para que essa crença florescesse. É nas lembranças de seu infortúnio que permanece a história de um inocente, o qual sofreu muito antes de morrer, pertencendo, assim, à dimensão do sagrado. Ao santificar Antonio Pintor, seus crentes acreditam na condenação das autoridades e no cumprimento da justiça, reconhecendo nele um mártir da violência.

Dessa forma, a memória dessa crença traz em seu âmago os sentimentos de piedade e compaixão, indignação e revolta, esperança e conforto, residindo aqui o limite entre o real e a imaginação. Ao serem frustradas suas intenções de condenar os policiais, os moradores de Morrinhos buscaram na religiosidade formas para sanar suas angústias e satisfazer seus desejos de justiça e ordem social.

Nesse sentido, as lembranças de Dona Divina Aparecida, 78 anos, dona de casa, são esclarecedoras:

Então a senhora sabe bem que o humano como que é sobre religião, então como ele passou no seu martírio aquela dificuldade toda, a pessoa às vezes tinha um doente ou alguma coisa que precisava...apegava com ele e recebia por intermédio dele aquela graça. E aí então, começou aquele que ia levar um prato de comida, prato muito bem feito, levava e punha lá, porque ele passou vontade de comer; levava jarra de água cristalina, aquela coisa, porque ele sofreu muita sede, e até hoje chega lá no cemitério e a gente ainda vê muita coisa. Eu não conheço ninguém que recebeu graça dele, mas eu acredito... Porque se ele não era um santo, não existe santo, porque a gente... a gente... é pelo sofrimento ou a bondade. Ele tinha tudo isso. Eu me lembro que no dia 2 de novembro assim que você pode ver que todos os santos são mártir, a maioria dos santos é mártir. Agora, se ele não foi santo, não é possível que vai existir mais santo, porque só quem viu, só quem sabe o que ele passou é que deu conta o tanto que ele foi martirizado, maior sofrimento, sem reclamar, sem xingar, sem... Ele só falava assim, "Morro inocente." Mesmo assim, eles não tinham dó dele, porque eram maus, né. O mau não tem dó de ninguém, ele quer fazer mal, só o mal, achou um.... então. O povo queria fazer justiça. Queriam, depois que descobriu ele lá enterrado, uma pessoa que ia passando perto e viu aquilo, chegou e deu alarme. Aí eles... já faz muitos anos, a gente não lembra nem quem foi atrás dessa polícia, acho que foi a mesma... Veio polícia de fora. A gente não recorda... Eles foram lá e fizeram eles desenterrar ele e levou lá prá baixo e chamou o médico.

O médico foi, examinou tudo, abriu ele tudo, tudo, tudo, as tripas dele podia encher vasilha de sal, o estômago, tudo cheio de sal, e como eles tava judiando com ele, ele pedia água, um golinho d'água, um golinho d'água. Ai, eles pegava, punha lá perto dele e falava, "Ai, a água." ³⁹

A memória de Dona Divina Aparecida, 78 anos, dona de casa (esposa do Senhor Diogo Antonio Neto, que na época era um comerciante bem sucedido e hoje exerce a função de pároco na Igreja de São Sebastião) ilustra bem toda a trama que tece o fio da memória dessa crença religiosa. Embora não se recorde muito bem da revolta em torno da morte de Antonio Pintor, esta senhora lembra-se, em detalhes, de seu martírio, bondade e inocência. Conforme reflexões de BACZCO (1985, p. 296), “nas mentalidades, a mitologia que nasce a partir de determinado acontecimento, sobreleva em importância o próprio acontecimento.”

Sob esta perspectiva, o mito criado em Morrinhos em torno de Antonio Pintor torna-se mais importante que as condições históricas sociais que o levaram à morte, pois o que o perpetua é a imaginação de seus memorizadores ao narrarem sua história, sendo seu túmulo o lugar de sua memória. Contudo, uma pessoa só passa a compartilhar dessa crença religiosa a partir do conhecimento da injustiça cometida pela polícia contra um inocente.

Assim, essa crença, que sobrevive nas narrativas orais dos moradores de Morrinhos, preserva na memória coletiva um acontecimento que chocou essa sociedade, cujas lembranças merecem ser escritas. Afinal, como saberíamos deste episódio ocorrido em Morrinhos se seus crentes não o narrassem? Os documentos oficiais, como o atestado de óbito e o processo do crime, sumiram. Na igreja, onde pensei pudesse ter sido celebrada uma missa de sétimo dia, já que o crime foi chocante na cidade, também nada encontrei.

Numa sociedade predominantemente católica, como era a de Morrinhos em 1957, a memória do sofrimento de Antonio Pintor e da injustiça cometida contra ele corrobora a relação existente entre martirizarão e santificação. À semelhança de Cristo, também preso e torturado até a morte, Antonio Pintor amalgama os elementos do Cristianismo e aparece, aos olhos de seus crentes, como redentor dos oprimidos. Assim, após a morte de Antonio Pintor, alguns moradores de Morrinhos, movidos pelos sentimentos de justiça social, mas também por suas necessidades materiais, passaram a acreditar em seus poderes sobrenaturais.

Sempre remetendo sua fé ao sofrimento imposto a ele e também à sua inocência, os moradores de Morrinhos passaram a acreditar que ele poderia ajudá-los em seus momentos de dor e angústia. Já que conheceu de perto a dor, o medo e a aflição, seria capaz, então, de reconhecer essas fraquezas naqueles que crêem nele, ajudando-os a superá-las nas horas em que afloram.

³⁹ Entrevista concedida em 20 de maio de 2001, na cidade de Morrinhos-GO.

As lembranças do Senhor Célio Rodrigues da Silva, 56 anos, pedreiro e pintor de paredes, nascido e criado em Morrinhos, nos apontam essa questão:

...eu vou te falar uma coisa. Eu fui várias vezes, eu desesperado, sem trabalho e tudo, fui lá, fui conversar com ele e no dia de amanhã, um filho de Deus me procura prá eu trabalhar. Isso é uma verdade. Só uma coisa que eu fiz foi lavar o túmulo dele. Um sonho que eu tenho é pôr cerâmica lá, no túmulo dele. Na hora que eu organizar tudo, vai dar certo. Mas é uma coisa assim, de pintor para pintor né, que eu, eu nem sei onde ele tá, não sei se ele tá salvo, mas pelo que eu fiquei sabendo que fizeram com ele aqui, nesse presidio aqui, eu acho que foi injusto, mas faz muitos anos. Naquele tempo, o povo era assim muito mal. Os colega meu levanta cedo, descabrido da vida, vai lá, conversa, reza um pai-nosso, uma ave-maria, conversa com Deus, com Nossa Senhora e com ele. Quando passa um dia, dois dia, tal, a gente pega um trabalho. Eu tenho vários colegas que vai lá também... Ele sofreu muito na vida, sofreu demais.⁴⁰

Conforme reflexões de BACZCO (1985, p. 308):

...no domínio social, as produções imaginárias, em particular os mitos, constituem outras tantas respostas dadas pelas sociedades aos seus desequilíbrios, às tensões no interior das estruturas sociais e às eventuais ameaças de violência. Nesse sentido, o imaginário é fundamental para o equilíbrio social, uma vez que ele harmoniza os sentimentos de repulsa e aceitação, inerente à condição do homem em sociedade. É assim que o fato religioso constitui uma expressão simbólica do fato social. Através dos deuses que os homens criam, estes dão corpo à consciência de pertencerem a um todo comunitário, enquanto as representações coletivas reconstituem e perpetuam as crenças necessárias ao consenso social. Qualquer sociedade é capaz de se erigir em Deus, isto é, de produzir representações carregadas do sagrado.

Assim, a revolta em torno da morte de Antonio Pintor não foi apenas um evento político ou social; mais que isso, foi um questionamento na cultura dessa sociedade, que, como vimos, era marcada por práticas do coronelismo. Aqui vale lembrar as reflexões de ELIADE (1996, p. 27), que afirma que “os fenômenos religiosos ao se manifestarem a nós são cunhados como uma medalha pelo momento histórico que os viu nascer.”

Ao relembrar dos dias posteriores à morte de Antonio Pintor, Dona Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada, narra:

Todo mundo ficou arrasado. Como se diz... tudo triste. Você olhava na... conversava com um, tava todo mundo tristonho com aquilo, porque ninguém acreditava que ele tinha feito aquilo. Outros pensava... deve ter sido ele, porque ele não é daqui, não mora aqui. Você sabe que quando acontece alguma coisa... quem que é, ele é daqui? Não. Ai é, já pensa... Mas a maioria achou uma barbaridade. Ninguém... Não precisava fazer aquilo com ele, precisava não, mas a maldade humana é demais e acho que não sei se eles arrumaram... sei não. Negócio seguinte: foi muito bárbaro mesmo, muito mesmo. Eu sei que deu muito sal prá ele, puxava a língua dele punha sal, comida, eles punha sal na boca. Nossa senhora! Diz que foi demais, uma coisa horrorosa. Nossa, eu não gosto nem de pensar, tadinho... Eu acho... eu fico pensando, assim, ele deve ter ficado um monstro com a barbaridade que fizeram com ele. Ai, assim, o rosto, de tanto bater, ficou inchado, porque... ele ficou deformado. Então, olha, prá mim, foi uma morte bárbara demais. A gente sempre... lá no cemitério eu

⁴⁰ Entrevista concedida em 15 de setembro de 2001, na cidade de Morrinhos-GO.

*rezo por ele lá, mas eu vou andando, assim, eu olho lá pro túmulo dele, eu rezo prá ele, mas vou no túmulo da minha mãe. Então eu rezo e fico pensando, não devia ter feito isso, não precisava, mas cada um tem um pensamento, né. Só sei que na época foi duro, mas já aconteceu, né. Não pode voltar atrás, porque se voltasse, quem sabe se hoje não faria isso com ele, podia prender, condenar pro presidio, ficava lá no presidio, depois vencia o prazo, aí ele ia embora...*⁴¹

Assim, as histórias de vida coletadas demonstraram que as lembranças dessa crença trazem recordações da sociedade que a criou e a naturalizou. De acordo com o Senhor Célio Rodrigues da Silva, 56 anos, pedreiro e pintor de paredes:

Naquele tempo, o povo aqui era mau, era assim, muito mal.

E para o Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime:

A violência era assim... matava. Um dava um tiro no outro, tudo bem, mas hoje...

Ao tratar das tradições orais como fontes para o ofício do historiador, THOMPSON (1998, p. 194) afirma que:

...as tradições orais são documentos do presente, porque são narradas no presente. Contudo, trazem em si, ao mesmo tempo, uma mensagem do passado. Não se pode negar que haja nelas quer o presente, quer o passado. Atribuir todo o seu conteúdo ao evanescente presente, como fazem alguns sociólogos, é mutilar a tradição; isto é reducionista. Ignorar o impacto do presente, como têm feito alguns historiadores, é igualmente reducionista. As tradições devem ser sempre compreendidas como refletindo simultaneamente o passado e o presente.

Portanto, ao serem narradas, as histórias de vida trazem à tona lembranças do cotidiano de uma sociedade na qual a vida corre sob a violência, a injustiça e a opressão. Daí, talvez, a resistência em registrar os acontecimentos em torno da morte de Antonio Pintor. Afinal, a cidade que lhe serviu de palco era conhecida, neste momento, como a “Atenas de Goiás”.

Entendo a memória de Antonio Pintor como uma reconstrução do passado ressignificado com os olhos e as experiências do presente e penso que o imaginário que ela expressa e naturaliza funda-se, também, na esperança de seus crentes em encontrar soluções para os seus próprios problemas, sejam eles econômicos, de saúde, conjugais, entre outros tantos, revelando os problemas da sociedade como um todo. Os pedidos de emprego são muito freqüentes, bem como aqueles para curar uma doença e até mesmo para que a guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão tenha fim, entre tantos outros problemas e angústias reveladores da vida social na atualidade. Como expressa Dona Benedita Rosa da Costa, 68 anos, artesã e fiandeira, espírita, moradora da periferia, numa casa de dois pequenos cômodos de chão de terra:

⁴¹ Entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

*Pois é, Antonio Pintor vai fazer muita coisa boa, você vai notar. Você vai ter uma notícia boa, como essa guerra vai acabar. Você vai notar, você ainda vai saber... Pedido estava lá, no tumulto dele, o espírito dele que vai abençoar nós todos, que é filho de Deus, é Deus e o espírito dele é que vai ajudar muito nós todos, se Deus quiser.*⁴²

Ao estudar as crenças religiosas no Brasil, BRANDÃO (1987, p. 41) afirma que “o mundo real é o social e o religioso é um imaginário acreditado a partir dele, embora toda a referência da ordem da sociedade humana seja a ordem de uma suposta sociedade sobrenatural”. Para este autor, “o catolicismo popular preservou da doutrina canônica e do imaginário fantástico da Igreja colonizadora ibérica quase toda a estrutura de símbolos e de articulações de códigos e princípios de conduta social”.

Dessa forma, a religiosidade que cria e recria o mito Antonio Pintor revela o sincretismo religioso que amalgama essa crença religiosa. Os preceitos e as doutrinas do catolicismo, como orações, rezas e cumprimento de promessas, se fazem fortemente presentes nessa crença religiosa, ao lado de outras práticas religiosas advindas do espiritismo e dos evangelhos. O que diferencia Antonio Pintor de outros santos católicos são as oferendas depositadas em seu nome, tais como pratos de comida, garrafas d’água, cigarros, café, entre outras coisas. Isto é o que permite o reconhecimento de um catolicismo popular, presente nesta crença religiosa, como também de um catolicismo oficial. Para BRANDÃO (1987), o catolicismo popular traduz sistemas de crença e culto de apropriação, que são dois diferentes segmentos de sujeitos, grupos e comunidades das classes populares.

AMADO e FERREIRA (2000) afirmam que a memória, por ser gerada individualmente, só se torna coletiva no mito, no folclore, nas instituições e, por delegação, quando uma história condensa várias histórias.

Assim, a partir das narrativas orais, a história dessa crença é ressignificada na memória coletiva desta sociedade e na memória individual de seus moradores, especialmente na de seus crentes que, carregada de imaginação, ajuda a tecer o fio da memória de Antonio Pintor.

Como todo mito, este também carrega muitas versões. O sofrimento imposto a Antonio Pintor é narrado pelos depoentes, conforme a imaginação de cada um deles, de diferentes formas, tais como “*ele foi quebrado vivo*”, “*ele foi capado*”, “*cortaram a língua dele*”, que são alguns dos vários martírios que a imaginação de seus crentes lhe impõem.

VERNANT (1990) indica que os gregos contam na sua mitologia que as Musas, as virtudes da imaginação, são filhas da memória. Eles encontram aí a ligação entre memória e imaginação. Assim sendo, essa crença, ao mesmo tempo em que dá forma à imaginação, é

⁴² Entrevista concedida em 10 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

também configurada pela mesma. O seu infortúnio provocou e ainda provoca o sentimento religioso que faz de Antonio Pintor um ente espiritual capaz de sanar os problemas humanos, pertencendo, assim, à dimensão do sagrado.

Deste modo, as histórias de vida coletadas demonstraram que a recordação do martírio de Antonio Pintor, seja por alguém que conta a sua história ou por outro que visita o cemitério e encontra seu túmulo totalmente enfeitado, traz a ressignificação de sua memória conforme a imaginação de cada narrador; alimentando, assim, essa crença religiosa.

O Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime, que lá trabalhava na época do ocorrido, lembra:

...apanhou demais né, com aquelas correia de ventilador, ventilador não, aquelas que tem no carro, uma bem grossa, não lembro como é que chama aquela correia que tem no carro lá dentro do motor. Foi com essa aí, foi com essa aí que bateram nele. Mas diz que bateram nele muito, o preso que tinha lá, disse que ele chegou prostrado, chegou carregado e jogaram ele dentro da cela, ele passou a noite pedindo água, gemendo, chorando, foi uma morte bem horrível.⁴³

As lembranças do Senhor Humberto vão ao encontro do que Dona Benedita Rosa da Costa, 68 anos, artesã e fiandeira ouviu dizer, pois na época ela morava na fazenda e não participou diretamente dos fatos:

Porque ele não tinha feito nada. Matou ele, picou ele vivo, é o pior sofrimento. Você não vê que a gente corta no dedo assim, dói tanto, só um cortadinho, agora cortar ele vivo, retalhar ele todinho, ele vivo! Isso não é o maior sofrimento!? Vê cortar nele vivo. Não, só, quem é que agüenta isso? Ninguém agüenta não. Isso é o pior sofrimento, cortar uma pessoa viva...!. Do jeito que ele foi morto, foi picado vivo, então é muito doloroso. Um cortadinho que corta na gente já dói, e ele foi picado vivo. Quem agüenta isso?⁴⁴

Como podemos perceber nas narrativas acima, a memória dessa crença revela a imaginação que a criou e a naturalizou. Ninguém que narra a história de Antonio Pintor estava presente na cela quando de seu sofrimento, ou no mato, como narram algumas versões do fato, para onde ele foi levado ao açoite. Isto não quer dizer que não houve tortura e arbitrariedade por parte dos policiais, apenas nos indica como a imaginação assegurou os sentimentos religiosos que configuraram essa crença religiosa. Afinal, é da imaginação que emanam, entre outros tantos sentimentos que nos fazem posicionar-nos a favor da vida ou da morte, os desejos de justiça, vingança, paz, revolta, amor, ódio, esperança, desespero, sendo esses os sentimentos que afloram as lembranças do passado e que impulsionam os homens a criar seus deuses, heróis, mártires e mitos.

Nesse sentido, as memórias de Antonio Pintor emanam do imaginário coletivo e individual de cada um dos narradores, trazendo com isso lembranças do passado que só são

⁴³ Entrevista concedida em 10 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁴⁴ Entrevista concedida em 15 de março de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

reconhecíveis e aproximáveis através da linguagem simbólica. Para BACZCO (1985, p. 299-300), “tanto o imaginário social como as técnicas de seu uso são produzidos espontaneamente, confundindo-se com os mitos e os ritos. Do mesmo modo, os guardiães do imaginário social são, simultaneamente, guardiães do sagrado”.

Para PASSERINI (1993, p. 30), o mito é, por definição, coletivo e compartilhado por muitas pessoas, supra-individual e inter-generacional, vencedor dos limites do tempo e do espaço. “Ainda hoje, décadas após a morte de deus para a filosofia ocidental, o mito pretende ser um discurso que dispensa demonstração, bastando-lhe a própria evidência, um último remanescente da santidade após um longo eclipse do sagrado.”

Acompanhando as reflexões de D’ALESSIO (1998, p. 84), o estudo deste “universo de representações coletivas e de atitudes diante da vida, diante da morte, diante do amor, diante de todos estes aspectos constituem o que hoje se tem dificuldade de identificar, mas que se pode exprimir por meio do termo ‘imaginário coletivo’.”

Conforme BACZCO (1985, p. 309), o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. “Todas as coletividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Assim, constróem os meios da sua difusão e formam os seus guardiães e gestores, em suma, o seu pessoal.”

As lembranças dos narradores apontam para essa direção. Ao recordar-se de Antonio Pintor e de seu relacionamento com o “santo”, Luciene Euzébio da Costa, 30anos, sem profissão definida, narra:

...os policiais pegavam uma lavadeira cheinha de carne, bem salgada mesmo, fazia ele comer a carne crua. Ele comia a carne todinha, ele tinha que comer todinha a carne. Agora não pode mais levar carne prá ele, se você for fazer um voto com ele, você não pode levar carne; só arroz, feijão, verdura.⁴⁵

O Senhor Célio Rodrigues da Silva, 56 anos, pedreiro e pintor de paredes, ao narrar sua relação com a crença, diz:

Eu todo dia ponho uma vela queimar prá ele, porque dizem que ele morreu no escuro coitado, sofreu muito e morreu no escuro.⁴⁶

A relação com a fonte oral permite ao pesquisador o inter-relacionamento com o narrador. Ali encontram-se duas pessoas que, independentemente de qualquer coisa, se olham, se falam, se ouvem. Quando o Senhor Célio disse essas palavras, ele se comoveu, e isto, só eu pude ver e sentir.

⁴⁵ Entrevista concedida em 12 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁴⁶ Entrevista concedida em 15 de maio de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

As formas de relacionamento com os entes espirituais criados pelos homens são representadas através de rituais, danças, orações, em grupo ou individuais, gestos, na culinária, entre outras manifestações. Desse modo, as relações dos vivos com os mortos, especialmente daqueles que permanecem na memória coletiva de uma sociedade, como é o caso de Antonio Pintor, revelam, numa linguagem simbólica, a vida material e concreta dos indivíduos que as expressam e dão forma. É a fronteira da imaginação com o real, onde a primeira só consegue ver o último pela imagem simbólica, cuja ambigüidade é inerente, posto que é representação.

Em Antonio Pintor essas formas obedecem aos preceitos e doutrinas do catolicismo, como orações, rezas e cumprimento de promessas, como demonstrado pelas narrativas orais. Contudo, elas se manifestam também sob outras representações, como fitas coloridas, pratos de comida, garrafas d'água, cigarros e café. Portanto, o que diferencia Antonio Pintor de outros santos católicos, além de seu não reconhecimento pela Igreja Católica, são as oferendas depositadas sobre seu túmulo.

Possuindo o formato de um fogão de lenha, seu túmulo é o mais visitado do cemitério. Ao contrário dos outros túmulos, ele é todo colorido e enfeitado com fitas e coroas de flores coloridas. Cruzes, velas, pratos de comida e garrafas d'água são ali deixados, lembrando seu martírio. São depositados também pedidos escritos para curar uma doença, para ir bem numa prova de concurso público, para ganhar na loteria, para arrumar emprego, e no dia 8 de julho de 2001, sob seu túmulo, foi encontrado, sem vida, o corpo de uma criança de dois dias de idade dentro de uma caixa de papelão. Esses elementos alimentam a religiosidade que cria e recria o mito Antonio Pintor, revelando, assim, o sincretismo religioso que amalgama a memória dessa crença religiosa.

Assim, essas práticas, ao lado das narrativas orais, asseguram no seio daquela sociedade a permanência das memórias desta crença religiosa, ressignificando-as conforme a imaginação de quem as lembra e narra.

Todavia, embora a crença em Antonio Pintor mantenha-se viva nas práticas e nas narrações de seus fiéis, as gerações mais novas, pertencentes à classe social mais privilegiada da sociedade e que idealizam a cidade de Morrinhos, ainda considerando-a a “Atenas de Goiás”, não conhecem sua história. Essas pessoas geralmente compartilham da crença, mas não a praticam. Talvez por isso não transmitam sua história para seus filhos e netos, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III. A TRANSMISSÃO CULTURAL DA CRENÇA RELIGIOSA EM ANTONIO PINTOR

“O místico crê num Deus desconhecido. O pensador e o cientista crêm numa ordem desconhecida.”

Hyden Whyte

Neste capítulo procuro perceber como a crença em Antonio Pintor vem sendo transmitida e reconstruída entre as gerações de uma mesma família. Para isso, entrevistei três gerações de três diferentes famílias da cidade de Morrinhos, buscando identificar quem a transmite e de que forma o faz.

Considerando essa crença como expressão de uma cultura religiosa instaurada no Brasil desde o período colonial, gostaria, primeiramente, de fazer um breve comentário sobre alguns autores que vêm trabalhando com essa temática no Brasil, especialmente no tocante à religião e à religiosidade brasileiras. Contudo, deixo claro que não quero estabelecer aqui uma definição sobre religiosidade popular, mas apenas procurar esclarecer sob qual aspecto compreendo esse termo. Nesta perspectiva, gostaria de elucidar que concebo a religiosidade como uma prática cultural, fruto das diversas experiências com o sagrado, vivenciadas por indivíduos dos mais diferentes estratos sociais, ou, como diria GINZBURG (1987), em circularidade cultural, isto é, um processo que troca e filtra experiências, concepções e práticas culturais entre os grupos que compõem uma sociedade.

3.1. Cultura religiosa no Brasil

Ao fazer um balanço da historiografia cultural no Brasil, SOUZA (1998, p. 20) afirma que “o marco inaugural nas análises da cultura brasileira” é a obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Para esta autora, FREYRE (2000) entendia que as práticas culturais, inclusive as religiosas, eram fruto do encontro entre os diferentes grupos raciais que

compunham a sociedade brasileira no período colonial. O autor demonstra que nos diversos costumes da sociedade brasileira encontravam-se práticas advindas dos costumes africanos e indígenas, ao lado dos costumes portugueses, como por exemplo “o culto exacerbado e afetivo aos santos católicos.”

Segundo FREYRE (2000, p. 288), no período colonial a religiosidade no Brasil vinha acompanhada de uma extrema intimidade do devoto com o santo, sendo impossível haver nessa sociedade um cristianismo puro:

...é impossível conceber-se um cristianismo português ou luso-brasileiro sem essa intimidade entre devoto e o santo. Com Santo Antonio chega a haver sem-cerimônias obscenas. E com a imagem de São Gonçalo jogava-se peteca em festas de igreja nos tempos coloniais(...) enfeitam-se de tetéias, de jóias, de braceletes, de brincos, de coroas de ouro e diamante as imagens das virgens queridas ou dos meninos-deus como se fossem pessoas da família. Dão-lhes atributos humanos de rei, de rainha, de pai, de mãe, de filho, de namorado. Liga-se cada um deles a uma fase da vida doméstica e íntima.

Para SOUZA (1998, p. 22) a irreverência das práticas religiosas demonstrada por Freyre está, sobretudo, na intimidade dos colonos com os santos da casa. Sob esta perspectiva, “indica a afetivização da vida religiosa e a sexualização dos santos como traços fundamentais da religiosidade luso-brasileira.”

Ao discutir as raízes da religiosidade popular no Brasil, HOLANDA (2001) afirma que essa prática religiosa demonstrada por FREYRE (2000) apresenta-se de forma “desrespeitosa”. Contudo, ao tratar desta questão, justifica essa atitude intimista dos colonos com os santos a partir de uma releitura quanto ao conceito de “homem cordial”.

Em sua análise, HOLANDA (2001, p. 149) percebe um descompromisso do brasileiro com a “polidez”, com as “boas maneiras”, com a “civildade”, pois, segundo este autor, “esses atributos induzem a comportamentos que coagem os homens a terem atitudes padronizadas, tornando-os introspectivos e afastando-os do coletivo.”

Para HOLANDA (2001), a cordialidade do brasileiro é observada na exacerbação do afeto e do prazer que este demonstra sentir por viver em sociedade, um afeto que torna as pessoas mais hospitaleiras e a vida mais familiar. Sob esta perspectiva, HOLANDA (2001, p. 149-150) afirma que “as práticas religiosas dos brasileiros são concebidas como sendo ‘menos espiritualizadas’ e mais festivas e íntimas.” Assim, o autor explica que:

A popularidade entre nós de uma Santa Tereza de Lisieux – santa Terezinha – resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime distâncias. No Brasil, é precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza. (...), foi justamente o nosso culto sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar, a que se poderia chamar, com alguma impropriedade, “democrático”, um culto que dispensava no fiel todo

esforço, toda diligência, toda tirania sobre si mesmo, o que corrompeu, pela base, o nosso sentimento religioso.

A esse sentimento “corrompido” HOLANDA (2001) atribui a responsabilidade de se ter criado no Brasil uma religiosidade de “superfície”, menos atenta ao sentido das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior.

SILVA (2002) ao estudar o imaginário religioso em Uberaba-MG, entre 1999 e 2001, recorre a MACHADO (1988), pois a autora, ao analisar esse posicionamento de HOLANDA (2001), faz as devidas ressalvas quanto a essa “religiosidade de superfície”. Para MACHADO (1988, p. 180):

...medir grau de espiritualidade, o certo ou o errado em manifestações religiosas é algo questionável. Porém, não se pode deixar “de apreciar os liames por ele tecidos entre as relações sociais e as suas formas de expressões cotidianas que marcam, até hoje, a nossa realidade social. São frutos desses liames tanto a forma de nossa sociedade expressar sua religiosidade, quanto a exteriorização da emoção, do gesto, do sentimento, o que nem sempre quer dizer respeito, aprofundamento nas relações pessoais ou mesmo generosidade, apenas reflexo de uma maneira de ser, fecundado em nossas raízes fundantes.

Segundo SOUZA (1986, p. 94-97), “no Brasil colonial, a coexistência de inúmeras práticas culturais religiosas que aqui se encontraram reeleboravam-se e reinventavam-se num ritmo dinâmico.” Desse modo, o próprio catolicismo estava inscrito nesse ritmo, o que comprova a tese de FREYRE (2001, p. 288), que afirma nunca ter havido um “cristianismo puro na colônia.”

Contudo, se por um lado as pesquisas sobre religiosidade têm demonstrado a diversidade, a sensibilidade e a criatividade nas formas do povo brasileiro crer e representar sua fé, por outro elas demonstram que para além dessas representações culturais coexistem ações de sobrevivência e de resistências populares à exclusão social, como vimos na formação da crença em Antonio Pintor.

Ao estudar as práticas de feitiçaria no Brasil colonial, SOUZA (1986) demonstrou que a compreensão para as práticas religiosas brasileiras encontra-se no próprio processo de colonização, que forjou uma convivência não harmoniosa, mas sim, tensa, entre as diversas culturas que compunham a sociedade colonial, cuja convivência contribuiu para que se formasse um sincretismo específico desse sistema colonial: dinâmico, híbrido e multifacetado. Para SOUZA (1986, p. 89):

...apesar da ação afetiva das violências tridentinas no sentido de uniformizar a fé e desbastar a religião vivida das reminiscências arcaicas (...) nas visitas pastorais sistemáticas, os bispos setecentistas descobriram um povo rural que freqüentemente não conhecia os elementos de base do cristianismo. É nesse sincretismo – tolerado e, até certo ponto incentivado por senhores e pelos jesuítas, servindo à colônia como controle social – que vemos nascer a religiosidade brasileira.

Deste modo, foi a partir de um encontro conflituoso entre crenças pagãs, africanas, ameríndias, católicas e judaicas que se constituiu no Brasil um manancial de práticas religiosas, as quais se reinventam dinamicamente, se expressando, na maioria das vezes, de forma criativa e festiva, íntima e familiar. Conforme SOUZA (1998, p. 21) “em Casa Grande & Senzala viu-se pela primeira vez a cultura abordada como fato social, como dado sociológico, em que a transmissão cultural – o momento da cultura – conta mais do que a transmissão genética.”

De um modo geral, os trabalhos de SOUZA (1986, 1998) não só contribuíram para o esclarecimento de questões a respeito do cenário religioso colonial, como também abriram caminhos para que novos estudos sobre essa temática viessem a florescer neste campo historiográfico.

CHAUÍ (1982, p. 75) alerta que no Brasil o apego ao transcendental, longe de ser alienação, representa, na verdade, uma condição de sobrevivência. Para esta autora:

...quem conhece a situação da medicina brasileira, há de convir que não é apenas por alienação, mas também por conhecimento de causa e por conhecimento de impotência presente que se pede cura milagrosa – caso contrário a morte é certa. (...) os pedidos não são feitos porque se escolhe a via religiosa, mas porque no presente não há outra via.

Nesse mesmo sentido apontam as reflexões de CERTEAU (1994), autor que procura refletir sobre a tradição de culto aos santos manifestada pelos lavradores nordestinos que circundam a cidade do Crato de Juazeiro-PE, entre outras localidades próximas. Ao dissertar sobre o assunto, este autor percebe que os lavradores, cientes de sua situação de miséria e de exploração social, recorrem à justiça divina como tentativa de mudar a ordem das coisas. Nesse conflito, Frei Damião é o “santo” reverenciado para cumprir o papel de justiceiro. Assim explica CERTEAU (1994, p. 77) sobre a vida desses lavradores:

É sempre assim, é o que se via todo dia. (...) embora sendo uma realidade sempre repetida, esta relação de forças, nem por isso se tornava aceitável. O fato não era aceitável como uma lei, mesmo sendo sempre um fato. (...). Mas para afirmar a não-coincidência entre fatos e sentido era necessário um outro cenário, religioso, que reintroduzisse, ao modo de acontecimentos sobrenaturais, a contingência histórica desta natureza e, com referenciais celestes, um lugar para esse protesto. No entanto, dizia-se uma inaceitabilidade da ordem estabelecida, a justo título sob a forma de milagre. Ali, numa linguagem necessariamente estranha à análise das relações sócio-econômicas, podia-se sustentar a esperança de que o vencido da história (...) possa na pessoa do santo humilhado, Damião, possa erguer-se graças aos golpes desferidos pelo céu contra os adversários.

Ao ressaltar essa análise de CERTEAU (1994), que retrata a busca dos lavradores pernambucanos por justiça divina, representada na figura de um “santo”, percebemos que ela cruza com as observações de CHAUÍ (1986) quando esta autora chama a atenção para o apelo

às religiões populares advindas das classes oprimidas como meio de resistir à exploração e, assim, de se fazer justiça social.

De um modo geral, esses estudos são importantes para compreendermos o significado dessas crenças no Brasil, pois como assinala GAETA (2000), a procura pelo sagrado tem sido uma constante em boa parte da sociedade brasileira, sendo esta uma prática muito freqüente, tanto nas classes sociais menos favorecidas quanto entre a população mais abastada.

Para GAETA (2000), as práticas religiosas, ao serem utilizadas como recurso para resolver quaisquer vicissitudes da vida, sejam elas de ordem econômica, terapêutica, ou outra qualquer, devem ser compreendidas, sobretudo, como práticas culturais e que, por isso, possuem seus valores simbólicos próprios, que circulam entre os mais diversos grupos sociais, valores esses que estão arraigados na história religiosa e cultural do povo brasileiro.

Na verdade, são vários os trabalhos que se aproximam dessa análise, buscando compreender os inúmeros aspectos que levam a sociedade brasileira a fazer a opção pela via religiosa. Entre esses, encontram-se pesquisas que versam sobre a busca do sagrado nas mais diversas ramificações religiosas. Portanto, são significativos os trabalhos que tratam do catolicismo carismático, das religiões protestantes, entre outras, ou que tratam da luta pela identidade social observada nas religiões espiritualistas. A esse respeito posso citar MATTOSO (1982), BRANDÃO (1987), MACHADO (1988), DEL PRIORI (1994), MORAES (2001), entre muitos outros.

Ao analisar a religiosidade brasileira através de suas práticas culturais religiosas, estes autores entendem que no Brasil a religiosidade é constituída de diversas e diferentes maneiras de relacionamento dos homens com o sagrado e o sobrenatural, remetendo-nos à idéia de GINZBURG (1987) sobre circularidade cultural. Nesse sentido, eles entendem que a religiosidade brasileira se configura no amálgama das várias culturas e concepções religiosas que aqui se encontraram.

3.2. O culto da fé em Goiás

Como vimos, a religião católica e o Cristianismo estiveram presentes no Brasil desde a época de sua colonização. Os portugueses que aqui vieram aportar trouxeram em suas bagagens a fé cristã como a única verdadeira e reconhecida por Deus e pela Igreja.

Segundo MORAES (2001, p. 94), em Goiás não poderia ser diferente. Região onde os desbravadores do sertão encontraram riquíssimas minas de ouro, “sendo o primeiro

deles, Bartolomeu Bueno da Silva, atraídos pela possibilidade de enriquecimento fácil”, vinham a essas terras trazendo com eles a mensagem do Evangelho, junto aos dogmas e preceitos do Catolicismo. Assim, instalaram-se na região, fundando arraiais e construindo capelas, ao lado, é claro, das minas de ouro que passaram a explorar.

SILVA (2001, p. 23) aponta que a partir do século XVIII, em Goiás, a sociedade se formava à medida que a Igreja ia ocupando espaço nos arraiais emergentes em função das descobertas auríferas. Assim, a autora afirma, “é notório verificar em todos os relatos de viajantes e memorialistas, a existência de igrejas em todos os arraiais, por menores que fossem, o que mostra a influência do catolicismo na cultura colonizadora.”

Segundo MORAES (2001, p. 95), na capitania de Goiás os arraiais do ouro diferiam conforme sua localização, época de fundação, tipo e quantidade de metais encontrados, dificuldade para efetivar sua vida urbana, carência de material, pessoal especializado e prática de preços exorbitantes. Segundo ela, os “primeiros arraiais fundados nesta capitania foram os de Ferreiro, Ouro Fino e Barra, sendo neste último erigida a primeira capela, já que neste lugar havia riquíssimas minas de ouro.”

A notícia de que a região possuía muitas riquezas atraiu mais e mais pessoas e em pouco tempo era imensa a população que havia se firmado em Goiás. Assim, os governantes portugueses e os religiosos que disputavam o controle sobre as minas e as almas tudo faziam para controlar essa população, especialmente a indígena, colocando-a a seu serviço na exploração das minas de ouro que por ali abundavam.

Dessa forma, foi se formando a população goiana, isto é, sob a cobiça do ouro e a imposição do catolicismo que, como vimos, em toda a colônia misturava-se às práticas religiosas africanas e indígenas. Essa mistura de crenças religiosas, de deuses e demônios, BRANDÃO (1987), entre outros, denomina de catolicismo popular, sendo este o catolicismo que figurou, e ainda figura, na cultura do povo brasileiro. Contudo, vale esclarecer que o conceito de popular é de difícil definição, pois indica uma realidade definida em termos de oposição: rural e urbano, popular e oficial, popular e erudito, sagrado e secular. Nesse sentido, entendo que o catolicismo no Brasil não é nem popular, nem erudito, mas sim, o amálgama das várias culturas e concepções religiosas que aqui se encontram e configuram a religiosidade brasileira.

Sob esta perspectiva, MORAES (2001, p. 97) afirma que “existiu na colônia, uma circularidade entre o catolicismo oficial e o popular, dando liberdade a suas práticas e até renovando-se a partir dele.” Como exemplo dessa circularidade cultural, a autora cita a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Vila Boa de Goiás.

Dessa forma, na religião encontrada em Goiás predominava um catolicismo que, trazido pelos bandeirantes paulistas e portugueses, encarnava a fé cristã ao lado da fé nos deuses africanos e indígenas, que nunca deixaram de ser evocados pelos seus fiéis.

As reflexões de MORAES (2001) indicam ainda que a vida pública em Goiás no século XVIII era toda impregnada de catolicismo. Promovia-se a solidariedade, reuniam-se todos os segmentos da sociedade, criavam-se momentos de cerimônias pomposas, de festas e de quebra de monotonia, num misto de religião, cultura e política.

A situação religiosa na Capitania de Goiás também era conhecida através dos Visitadores Eclesiásticos, os quais tinham a finalidade apostólica de controlar as pessoas e o clero. Ao refletir sobre a questão, MORAES (2001, p. 102) afirma que:

...essas visitas tinham um caráter mais sacramental e cunho mais admoestador. A partir delas, o "Visitador podia pedir uma devassa, se a paróquia visitada carecesse de uma. As devassas são mais verticais, no sentido de se averiguar, de fato, a vida cotidiana das populações, registrando os delitos contra a doutrina e os bons costumes.

Nesse sentido, MORAES (2001, p. 102) diz que "as denúncias sobre as práticas de usura, concubinato, heresia e feitiçaria eram constantes nas devassas que foram feitas no final do século XVIII." Segundo ela, no Notícia Geral da Capitania de Goiás, de 1783, podemos analisar a prática exercida pelos escravos africanos em Vila Boa:

Estava esta Vila com um relaxamento a respeito dos feitiços. Já havia bonecos que falavam e tinham a particularidade de adivinhar. Estimavam muito as mulheres do fado, aos pretos que davam fortuna. Com a certeza dessa superstição, mandou prender a todos os que usavam desta ridicularia, mandando-lhes fazer um castigo público e é felicidade de quem governa serem as suas ações a satisfação do povo.

Deste modo, percebemos que em Vila Boa, assim como em toda a América Portuguesa, como nos mostra FREYRE (2000), são tênues os laços entre o céu e a terra, o sagrado e o profano.

Segundo SILVA (2001, p. 23), as festas e tradições populares, de um modo geral, tiveram um importante papel na mediação entre as diversas culturas que se confrontaram a partir da colonização do Brasil. "Coube à Igreja o papel de difusão dessas manifestações, embora muitas delas fizessem parte do gosto da população portuguesa que, mesmo em terras distantes, procurava praticá-las."

Os estudos de QUINTAS (apud MORAES, 2001, p. 103) mostram como a festa, a religião popular, a tradição, o sagrado e o profano interpenetravam-se, penetravam no povo que se agitava em frenesi incontrolável, deixando-o mais feliz, mas também mais vulnerável, situação que normalmente era aproveitada por grupos sociais portadores de interesses específicos e, eventualmente, de visões de mundo correlativas, que procuravam apropriar-se do abalo que a festa induzia e orientar a sua resolução para a confirmação da ordem antiga ou

para a instauração de uma nova ordem. No entanto, MORAES (2001, p. 109) afirma que, embora perturbadas por excessos, subversões e outras anomalias a que o próprio sacrilégio não era alheio, essas festas e manifestações religiosas verificadas na capitania de Goiás, “acabavam por integrar um misto de sagrado e de profano, de místico e de magia, de regular e de transgressão, o significado fundamental da celebração festiva, que era o de adorar a Deus.”

Na cidade de Morrinhos verifica-se também a predominância da religião católica, como já mencionado no Capítulo I, amalgamada aos elementos, símbolos e rituais de outras religiões. Segundo FONSECA (1998, p. 168), pela sua própria origem, de patrimônio⁴⁷, Morrinhos tinha fortes ligações religiosas, pois derivou do povoado Nossa Senhora do Carmo. Nesse sentido, recorre às observações do arquiteto VASCONCELOS (1983, p. 46) sobre a arquitetura colonial em Minas Gerais, afirmando que estas servem perfeitamente para sua análise, “ainda que a época e o lugar sejam diferentes.” Segundo ele, quando os povoados estavam apenas se iniciando, a construção e a manutenção dos templos derivavam de um esforço coletivo, fazendo com que os mesmos fossem inteiramente socializados.

VASCONCELOS (1983, p. 48) afirma que a atividade comercial nesses povoados estabelecia os primeiros traços divisórios entre as camadas sociais, tornando mais clara a existência de ricos e pobres. Assim, ao se estabilizarem e se efetivarem na região, gerava-se uma nova divisão: a religiosa. Segundo ele, muitas vezes os moradores mais pobres agrupavam-se em capelas simples, ficando a matriz para as elites. Mas, nem sempre isso era possível, pois alguns grupos sociais não conseguiram manter templos próprios, abrigando sua fé sob a matriz. Entretanto, isso não significava a união homogênea dos grupos sociais e sim uma divisão, que tinha à frente o grupo mais poderoso.

VIEIRA (1982, p. 116-117) refere-se a capelas que simplesmente desapareceram, sem deixar vestígios, como a de Nossa Senhora do Rosário e a de Nossa Senhora da Conceição, que poderiam fazer parte de uma problemática como a apresentada por VASCONCELOS (1983). Ele também constatou em seus estudos a devoção à Virgem Maria, em suas diversas manifestações, o que também se verifica em Morrinhos através dos nomes dados aos templos.

As memórias de VIEIRA (1982) devem ser tomadas como representações da realidade por ele vivida. Ainda que contenham uma visão de mundo e não um dado exato, não há como negar que essas memórias oferecem os indicativos de uma realidade. Seus escritos

⁴⁷ GOMES e TELXEIRA NETO (apud FONSECA, 1998, p. 168) esclarecem que os patrimônios, também conhecidos como comércio ou rua, foram essenciais para o incremento da vida religiosa e social das populações do centro-sul de Goiás, embora apresentassem também um caráter especulativo.

levam a crer que, paralelamente à Igreja, com seus dogmas e sacramentos, o povo organizava festas religiosas de caráter popular, das quais participavam também as elites, embora de forma reservada.

VIEIRA (1982, p. 53) afirma ainda que nos primeiros anos do século XX a música era tão importante para a comunidade que os políticos empenhavam-se em manter na cidade bandas musicais, pois isto asseguraria seu prestígio junto à comunidade. “Assim, as bandas apresentavam-se nas festas juninas, nas quermesses, nas folias, nas cavalhadas, nos terços, nos bailes improvisados e até mesmo em novenas e missas.”

Deste modo, as festas religiosas em homenagem a São Sebastião, ao Divino Espírito Santo ou a Nossa Senhora do Carmo não tinham somente a austeridade dos templos, elas também tinham a finalidade de festejar nas ruas e nas casas dos fiéis a memória do santo.

VIEIRA (1982, p. 54) assim se refere a essas homenagens:

Terminada a missa, a Banda em companhia dos fazendeiros e lavradores, dirigia-se à casa dos festeiros. Ali lhes aguardava uma lauta mesa de quitandas, doces e lindos confeitos.

Na descrição de VIEIRA (1982), garantir música para a diversão dos convidados era tarefa fundamental de quem promovia a festa; sem música, o evento seria um fracasso certo. Assim, segundo (VIEIRA, 1982, p. 56):

De acordo com as descrições encontradas, essa modalidade de festa, que deixava os templos e ganhava as ruas e as casas, tornava-se uma verdadeira confraternização comunitária. Comer, cantar, soltar fogos, dançar, gritar e festejar nestes momentos, eram vistos como comportamentos naturais e não ligados à idéia de pecado, por se tratar de festas em homenagem a santos da Igreja Católica.

Ainda conforme VIEIRA (1982, p. 58), até mesmo os representantes do clero mudavam suas posturas rígidas e, “ignorando o pecado da gula, comiam a valer”. Embora VIEIRA (1982) e FONSECA (1998) refiram-se aos anos 20-40, ainda se verifica na segunda metade dos anos 50 a ocorrência dessas festas no município. A Festa do Centenário era uma delas que, como vimos nas lembranças de Dona Nilza Diniz Silva, 78 anos, professora aposentada e escritora, apresentadas no Capítulo I, abrangia “tanto o lado profano, quanto o lado religioso”, demonstrando, assim, que em Morrinhos o catolicismo também absorvia diversas outras práticas culturais religiosas, sendo Antonio Pintor uma de suas representações, como vimos nas práticas e devoções de seus fiéis.

3.3. A família e a transmissão da cultura religiosa

A transmissão da cultura entre gerações de uma mesma família é um assunto que tem tido pouca atenção dos historiadores. Contudo, alguns autores, como THOMPSON (1993), têm dedicado parte de sua produção a essa questão, abrindo caminhos para aqueles que desejam se aprofundar nela. Sob essa perspectiva, busco agora identificar se a crença em Antonio Pintor vem sendo transmitida entre as gerações de uma mesma família. Conforme reflexões de THOMPSON (1993, p. 9-10):

(...) o papel da família na transmissão cultural intergeracional é igualmente antigo. Ele inclui não somente a transmissão da memória familiar - à qual os praticantes da história oral devotam especial atenção - mas também a transmissão da linguagem ("a língua mãe"), do nome, do território e da moradia, da posição social e da religião e, mais além, dos valores e aspirações sociais (...).

As reflexões desse autor nos apontam que a transmissão da cultura, seja ela religiosa ou não, garante a preservação de uma identidade cultural entre um grupo, uma sociedade, uma comunidade e, no nosso caso, entre uma família.

Sob esta perspectiva, entrevistei três famílias do município de Morrinhos para a presente pesquisa: uma do centro da cidade e duas da periferia. O critério de seleção para a primeira geração, participante ou não dos acontecimentos, foi ser contemporânea ao fato ocorrido, devendo estar morando em Morrinhos na época dos acontecimentos e estar em uma faixa etária de 65 anos ou mais. O critério de seleção para a segunda geração foi ter 30 anos ou mais e para a terceira geração foi ter 15 anos ou mais. As questões a serem respondidas por essas famílias foram: 1) Se são ou não crentes em Antonio Pintor; 2) Se são, como passaram a acreditar nele; 3) Como essa crença vem sendo transmitida, naturalizada e ressignificada por eles.

As famílias entrevistadas foram: Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime, sua esposa Dona Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada, sua filha Maria Aparecida Frauzino, 45 anos, funcionária pública e sua neta Camila Gomes Frauzino, 16 anos, estudante; Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa, sua filha Aurita Alves Teixeira, 58 anos, professora e sua neta Rita Lara Teixeira, 16 anos, estudante; Benedita Rosa da Costa, 68 anos, artesã e fiandeira, sua filha Luciene Euzébio da Costa, 30 anos, sem profissão definida e sua neta Letícia Euzébio da Costa, 15 anos, estudante.

As histórias de vida mostraram que a figura de Antonio Pintor como um ente espiritual se diferencia para cada um de seus crentes. Notei que as pessoas que moravam na cidade na época em que Antonio Pintor foi morto e que usufruem de uma situação econômica

mais estável na cidade, embora acreditem que ele possa ser um ente espiritual, compartilhando dos sentimentos de piedade e compaixão que permeiam sua crença, não lhe são devotos, isto é, não o visitam no cemitério, não lhe fazem oferendas e, menos ainda, não contam sua história aos filhos e netos. Em contrapartida, aquelas pessoas que moravam nas fazendas na época do ocorrido e, por isso, não participaram de sua história, conhecendo-a só por ouvir dizer, visitam seu túmulo, fazendo-lhe oferendas. Em outras palavras, todos os entrevistados rezam e acendem velas para Antonio Pintor, porém, só os devotos buscam uma relação mais íntima e afetiva com o “santo”, levando-lhe comida, água, cigarros, café, entre muitas outras coisas depositadas em seu túmulo.

Durante a pesquisa de campo observei que a grande maioria dos entrevistados que moravam na cidade em fins dos anos 50, sendo participantes diretos ou indiretos do ocorrido, também evocam Antonio Pintor como um intermediário dos homens com Deus. Todos, com exceção de Dona Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa, e de Dona Benedita Rosa da Costa, 68 anos, artesã e fiandeira, que moravam na fazenda neste período, pensam em Antonio Pintor como um ente espiritual, porém, sem muitos poderes. Como o Senhor Célio Rodrigues da Silva, 56 anos, pedreiro e pintor de paredes afirma:

... eu não ponho comida prá ele não, porque eu acho que espírito não precisa de comida. Eu vou lá, rezo, mas não ponho essas coisas lá não.⁴⁸

Ou como Dona Maria da Trindade, 68 anos, professora aposentada comenta:

...eu rezo prá ele, mas não vou lá no túmulo dele não, muito difícil. No dia dos finado eu passo lá por perto, mas como fica muito cheio, eu nem paro lá, vou embora...⁴⁹

Nesse mesmo sentido, as lembranças de Dona Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada, e de seu marido, o Senhor Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime, são esclarecedoras. O senhor Humberto, ao ser perguntado se acredita nos milagres atribuídos a Antonio Pintor, diz:

Não, não conheço nenhum milagre que ele tenha feito não. Dizem que ele morreu pedindo água com sede. Pelo menos quando a gente visita o cemitério na época dos finados as pessoas põe muitos vidros d'água lá no túmulo dele.⁵⁰

E quando perguntado se visita o túmulo de Antonio Pintor, diz:

Não, eu não vou em cemitério. Faz muitos anos que eu não vou ao cemitério. De vez em quando, no enterro de algum conhecido, mas eu não vou lá no túmulo dele não.⁵¹

Dona Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada, ao ser perguntada se conhecia algum milagre de Antonio Pintor, diz:

⁴⁸ Entrevista concedida em 15 de setembro de 2001, na cidade de Morrinhos-GO.

⁴⁹ Entrevista concedida em 5 de junho de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁵⁰ Entrevista concedida em 7 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁵¹ Entrevista concedida em 7 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

*Não, não conheço não e nunca ouvi falar.*⁵²

Contudo, durante a entrevista percebi que, embora essas pessoas afirmem não conhecer nenhum milagre de Antonio Pintor, esses narradores compartilham de sua fé.

Nesse sentido, as lembranças de Dona Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada são esclarecedoras:

*...sempre lá no cemitério eu rezo por ele lá, mas eu vou andando assim. Eu olho lá pro túmulo dele, eu rezo prá ele, mas vou no túmulo da minha mãe. Então eu rezo e fico pensando, não devia ter feito isso, não precisava, mas cada um tem um pensamento. Prá mim foi um abalo muito grande para a comunidade, muito grande. Por isso que hoje a gente pega com ele, reza prá ele, às vezes é atendido, como se diz, porque não é ele quem atende, é aquele lá de cima. Pede prá ele por intermédio do outro lá. Então não sei se você já foi lá no túmulo dele, principalmente dia dos finados, é flor prá tudo quanto é lugar, água, comida, porque diz que ele passou muita fome, muita sede, por isso que o povo tem devoção com ele. Agora sempre eu vou lá no cemitério passo sempre lá perto, mas no Dia de Finados eu nem chegamos lá, tem gente demais. Então eu vou lá no túmulo da minha mãe, rezo prá ela. Eu vou sempre lá prá ver o túmulo da minha mãe, da minha sogra, dos meus compadres também. Mas eu fui duas ou três vezes lá no túmulo dele, e eu tô precisando de ir lá, viu, fazer uma visita, rezar prá ele. Eu rezo prá ele, mas fora, né, mas a gente precisa de ir lá, prá rezar prá ele.*⁵³ (Grifo meu).

A narrativa demonstra que, embora as pessoas compartilhem da piedade e da compaixão que sustentam a fé em Antonio Pintor, elas não compartilham de sua crença da mesma forma. Enquanto uns acreditam e fazem votos, confirmando seus milagres, outros, como Dona Irê Frauzino, rezam para ele mas não visitam seu túmulo e nem lhe fazem oferendas; portanto, não transmitem essa crença a seus descendentes.

Sob este aspecto, Camila Gomes Frauzino, 16 anos, estudante, neta de Dona Irê Frauzino e do Senhor Humberto Frauzino, ao ser perguntada sobre a história de Antonio Pintor, diz:

*Bem, posso dizer que eu não sei nada, porque aquilo que eu te falei. Ele chegou na minha geração a gente não sabe nada dele. Igual, eu andei dando uma conversada com o meu pai, ele me falou alguma coisa, mas se eu não tivesse conversado com ele, eu nem ia saber quem era ele. Ele falou prá eu procurar mais meus avós, porque foi na época deles. Ele também não sabe muita coisa não, entende?*⁵⁴

Tal relato nos confirma a idéia de que essa crença sobrevive graças àqueles que lhe são devotos, àqueles que praticam as ações que a configuram como tal, isto é, nas narrações de suas experiências como “santo” e nas visitas fazendo-lhe oferendas.

Contudo, a morte trágica de Antonio Pintor continua repercutindo no imaginário coletivo daqueles que ouvem e conhecem sua história. A esse respeito, as lembranças de Camila Gomes Frauzino, 16 anos, estudante, neta de Dona Irê Frauzino e do Senhor

⁵² Entrevista concedida em 7 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁵³ Entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁵⁴ Entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

Humberto Frauzino são bastante esclarecedoras. Quando perguntada como passou a conhecer sua história e, se após conhecê-la, passaria a acreditar nele como um “santo”, ela diz:

Assim, eu achei um pouco estranho. Quando meu pai me falou o que aconteceu, ele não sabia direito do que ele foi acusado. Mas assim, do jeito que ele me falou, parece que foi uma certa injustiça contra ele, entende? Que ele roubou umas coisas, nem se sabia que ele tinha roubado direito e foi torturado, porque eu acho que não se deve torturar uma pessoa mesmo que ela tenha roubado qualquer coisa. Eu sou contra isso, sabe, negócio de tortura e eu não gostei muito disso, não. Eu sou católica né, então eu acredito em tudo quanto é coisa, negócio de milagre. Esse negócio foi feito prá gente acreditar né, então eu assim, pessoalmente, eu acredito, nesses milagres, não só dele, mas todos os outros santos, eu acredito em todos.⁵⁵

Sua mãe, Maria Aparecida Frauzino, 45 anos, funcionária pública, filha de Dona Irê e do Senhor Humberto, ao ser perguntada, responde:

Eu, sinceramente, eu nunca ouvi falar. Ai, ontem, depois da gente ter conversado, eu, por curiosidade, perguntei prá um amigo meu. Ele conheceu um pouco da história. Ele me contou. Ele me falou que era um rapaz que foi confundido com um criminoso e ele foi espancado até a morte. Só isso que ele me falou, mas é que a gente tava assim em serviço, então eu não entrei em detalhes, não. Eu só sei isso, porque foi por curiosidade, né, que eu... Sinceramente, eu nunca tinha ouvido falar, só porque você falou que tava fazendo uma pesquisa, aí eu fiquei curiosa e fui perguntando. Ai esse amigo meu me contou, assim por alto. Achei até interessante. Acho que eu vou tentar saber mais, que eu achei interessante.⁵⁶

Assim, notei que as gerações mais novas acabam conhecendo a história de Antonio Pintor não somente por suas famílias, mas também através de outras pessoas da comunidade, como ocorreu com Dona Maria Aparecida Frauzino. Já outras pessoas transmitem sua crença através de suas práticas e da oralidade. Como diria BENJAMIN (1994, p. 211) “a reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração a geração.”

Nesse sentido, as lembranças de Dona Benedita Rosa da Costa, 68 anos, artesã e fiandeira, que morava em uma fazenda no período em questão, são bastante pertinentes. Ao narrar sua experiência individual com Antonio Pintor, suas lembranças asseguram a transmissão dessa crença e, conseqüentemente, da história que a gerou:

Ai minha mãe levantava cedinho prá coar café e arrumar a casa. Tinha uma sobrinha minha que morava com a gente lá na fazenda e lá tinha uma fonalha e tinha um cantinho onde colocava a vasilha de sal, punha a vasilha de sal lá e tampava. Então minha mãe tinha acendido o fogo com palha e quando ela foi lavar o coador de café lá no córrego, essa sobrinha minha levantou da cama e foi lá e subiu em riba da fonalha e foi pegar sal. Nesse intervalo, quando ela foi descer, a barra do vestido dela tinha uma linha da barra que tava desmanchando, ela foi prá descer e o fogo pegou naquela linha e foi pegando fogo na menina, na roupa e

⁵⁵ Entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁵⁶ Entrevista concedida em 8 de fevereiro de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

mamãe veio lá do córrego, chegamos na porta da cozinha,, caiu lá de tão correndo que ela veio. Quando ela foi prá pegar a menina, estava no rabo da fôrnalha, assim, minha mãe pegava era no fogo prá apagar aquele fogo, sabe, e não estava dando conta de apagar aquele fogo mais, e foi indo ela rasgou o vestido, pôs a menina pelada, já tinha queimado. A mão da minha mãe virou uma borbolha dessa altura de queimado. O couro da minha mãe levantou todinho da mão. Os pais da menina tinha dado ela prá minha mãe. Ai nós foi peleja. Minha mãe comprava remédio, minha mãe trabalhava na fazenda e meu irmão de criação. E com isso não estava adiantando aqueles remédio. Foi um dia de noite, essa menina estava naquele choro, que nada estava fazendo essa menina calar a boca, porque aqueles queimado, ela ficou sem um peitinho, queimou esse lado. Ai Antonio Pintor já tinha morrido e ele sofreu muito coitado. Ai pegou, minha mãe falou assim... Era meia-noite, minha mãe sozinha com a menina lá no quarto. Nós ficava sem dormir, nós ia lá prá sala, prá cozinha, minha mãe ficava no quarto com a menina lá, chorando. Ai minha mãe fez o voto, se Deus mais o milagre da alma do Antonio Pintor ajudasse que ele curasse aquela queimadura daquela menina, que ela ia mandar a mãe da menina comprar um prato virgem e fazer uma comida, colocar no prato virgem, fazer café, uma garrafinha d'água e trazer e pôr no túmulo do Antonio Pintor. Foi meia-noite que a minha mãe fez o voto. Quando foi no outro dia, prá frente, criatura, foi tão abençoado... Daquela hora em diante foi fechando aquele queimado, tá até arrepiando... Foi fechando a queimadura. Quando foi assim, na volta do dia, lá pro meio-dia, aquele lugar você via que já tinha fechado aquele queimado. A menina não chorava mais de dor. Ele tirou, ele e Deus tirou tudo quanto era dor. A menina pegava a rir, queimada e rindo de tanta melhora que ela teve. Ai minha mãe cumpriu esse voto. Quando foi na outra noite, na frente, já no outro dia, já tinha fechado quase a metade daquele queimado. Você precisava de ver que esperteza que foi isso, menina! Essa graça de Deus e do milagre da alma dele, porque nós já tinha pelejado demais, não tinha jeito. Quando foi sexta-feira... isso minha mãe fez na segunda, terça... terça-feira. Quando foi na sexta-feira, menina, já estava terminando. Quando foi no sábado, só tinha um desse tamanzinho. Sô, mas nunca vi, eu nunca vi na minha vida um poder tão grande como foi dessa menina. Essa menina teve uma sorte e o milagre da alma do Antonio Pintor. E com isso, nós pegou com ele, a menina já tinha sarado, só que foi que ela ficou sem um peito, porque queimou, mas ficou completamente perfeita, sã, não tinha nenhum queimadinho. Ai nós pegou de tê fé com ele desde essa vez, nós tem muita fé.⁵⁷

Assim, esse “santo” e, conseqüentemente, sua história, permanece na memória daqueles que já foram ajudados por ele. Embora sua história permaneça na memória coletiva da sociedade morrinhense, sua memória é assegurada de forma individual por aqueles que recebem as graças solicitadas em seus momentos de angústia. Ao ser atendido, o crente atesta sua fé com o “santo”, tornando-se fiel a ele e, conseqüentemente, transmitindo-a aos seus filhos e netos.

Crente em Antonio Pintor, Dona Benedita Rosa da Costa consegue passar a seus descendentes sua crença religiosa através da oralidade e de suas práticas culturais. Acreditando ser Antonio Pintor um “santo” que tem o poder de operar milagres, suas

⁵⁷ Entrevista concedida em 10 de novembro de 2001, na cidade de Morrinhos-GO.

lembranças vêm carregadas de emoções, gestos e expressões, que só ao historiador oral é dado ver e, por muitas vezes, sentir.

Sua neta, Leticia Euzébio da Costa, 15 anos, estudante, ao ser perguntada como ficou conhecendo a história de Antonio Pintor, afirma:

Pela minha vó, que ela contava muito da sobrinha dela. Que ela queimou, que ela tinha queimado, a minha vó foi, mandou, parece que a mãe dela fazer o voto pro Antonio Pintor levar almoço prá ele.⁵⁸

Ao ser perguntada se acredita em Antonio Pintor e se costuma visitar seu túmulo, Leticia responde:

Acredito. De vez em quando vai eu e minha vó. Quando vai eu mais minha vó, minha mãe também vai com nós prá rezar prá ele. Ela já pediu, parece que ela já pediu um negócio prá ele, não sei o quê, mas já pediu. Minha vó também. Ela tinha queimado o braço e tava custando sarar. Ai foi, ela levou... se sarasse ela ia levar três domingo prato de comida lá pro Antonio Pintor. Ai foi, nós levou e vela. Ai foi, ela começou a sarar, depois que a minha vó levou café.⁵⁹

Segundo THOMPSON (1993, p. 10-11), analisar as histórias de vida “significa penetrar num material histórico rico, que revela como as dimensões sociais, econômicas e psicológicas da transmissão cultural acham-se inextricavelmente ligadas.” O autor também afirma que:

...as próprias histórias de vida individuais incorporam-se às histórias de família. Deste modo, ao mesmo tempo que são fonte de evidências da transmissão cultural são também uma parte do próprio processo de transmissão das histórias de família, às vezes com traços nitidamente míticos, das gerações mais velhas às mais jovens.

Contudo, THOMPSON (1998, p.188) alerta para a natureza de cada uma delas ao afirmar que “devemos distinguir claramente entre histórias orais pessoais – relatos de testemunhos oculares – relativamente fáceis de avaliar, e tradições orais – que são passadas de viva voz para as gerações seguintes.”

Desse modo, entendo que a crença em Antonio Pintor é transmitida de geração para geração através das práticas culturais que lhe dão forma e, especialmente, da cultura oral, pois seu crente, ao narrar suas experiências com o “santo”, passa de viva voz o milagre recebido e transmite, através das emoções e dos gestos manifestados durante a narração, sua cultura religiosa.

Luciene Euzébio da Costa, 30 anos, sem profissão definida, filha de Dona Benedita Rosa da Costa, e mãe de Leticia Euzébio da Costa, nos conta como ficou conhecendo a história de Antonio Pintor.:

...Foi através de minha vó e minha mãe que eu conheci o Antonio Pintor. E tem um detalhe, minha vó não mente, não mentia. Ela simplesmente ela pediu... Inclusive foi por causa da minha prima, que ela tinha queimado,

⁵⁸ Entrevista concedida em 12 de junho de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁵⁹ Entrevista concedida em 12 de junho de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

né, como se diz, foi um queimado que era prá Deus ter levado ela, porque foi muito feio. Então comentava que ele fazia milagre. Então toda vez que ela ia no cemitério, ela ia lá no túmulo dele, que ela quase não saía de casa, mas toda vez ela tinha que ir lá, sempre assim, ela levava um cafezinho, levava uma vela e punha prá ele. Fiquei conhecendo assim... porque minha mãe, eu via minha mãe dizer, minha vó também, sempre elas dizia que ele fazia milagre, né. Igual, tipo assim, comigo mesmo não. Dizia que ele fazia milagre, igual... Hoje mesmo minha mãe me contou que ela queimou. Ai pegou, ela levou o cafezinho prá ele, né e depois aquilo foi fechando. Três vezes que ela levou o café, a última vez já tinha fechado já. É isso, que ela assim me conta, né.⁶⁰

Para THOMPSON (1998, p. 192) “o que faz uma crença atravessar o tempo sobrevivendo de geração em geração é a transmissão e a conservação da tradição sagrada, que implica o caráter público, ou pelo menos coletivo da atuação.”

As histórias de vida mostram ainda que, mesmo que a primeira geração da família não seja praticante da crença religiosa em Antonio Pintor, é possível à segunda geração ser praticante desta cultura religiosa, como mostram as lembranças de Dona Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa, moradora da cidade de Morrinhos há 22 anos. Entre 1956 e 1960 ela morava em uma fazenda. Ao ser perguntada se conhecia a história de Antonio Pintor, ela diz:

Mais ou menos. É, eu fiquei sabendo... que a história dele é assim. Que eles mataram ele... o policial... assim eu vi contar, porque a gente... Não vi próprio com meus olhos, né. Eu morava lá na beira do Meia Ponte. Eu fiquei sabendo disso lá. Dizem que ele sofreu. Diz que eles judiaram demais com ele, matou ele, judiou muito com ele, picou ele pedacinho, pedacinho, e pôs ele dentro de um caixote e enterrou. Por isso que o povo tem muita devoção com ele, porque acha que ele morreu sem culpa, né. Ai... eu tenho, como disse, eu nunca fiz intenção com ele. Nada não. A Aurita já, eu não, mas eu... porque eu acredito que ele, às vezes, pode fazer algum milagre, ele pode.⁶¹

Ao ser perguntada se acredita em Antonio Pintor, ela diz:

Acredito... que ele possa atender às pessoas. Eu acho que sim, porque ele morreu sem culpa, ele pode ter um poder. De vez em quando eu vou no túmulo dele. Assim, eu vou muito mais no do meu marido, mas de vez em quando eu... quando... assim, agora nesse finados eu passei lá só. Passei, rezei lá, visitei pouco túmulo, porque quando é finados eu visito muito. São meus parentes, assim, cunhada, cunhado, cumpadre, eu tenho muito, tio, tia, irmã, tudo eu tenho, mas eu... Ai eu fui, passei, demorei até pouco lá, rezei lá só, e ofereci e sai, mas não pedi nada não. Acredito que ele pode ajudar as pessoas... é porque cada um tem uma fé em algum lugar né, numa pessoa eu... eu tenho mais fé é em Nossa Senhora da Aparecida, mas fé nele, assim, se for preciso de eu pedir, eu peço, eu peço sim.⁶²

Dona Aurita Alves Teixeira, 58 anos, professora, filha de Dona Rita Alves Teixeira, ao ser perguntada se acredita em Antonio Pintor, afirma:

Eu realmente já fiz muito pedido a ele, entendeu? Então, tudo que eu peço, ele sempre me beneficia. Todos os dias que você vai lá tem uma vela acesa lá, alguém passou lá e deixou uma vela acesa. Então você vê, as

⁶⁰ Entrevista concedida em 13 de junho de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁶¹ Entrevista concedida em 10 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁶² Entrevista concedida em 10 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

bênção continua. Esses dias mesmo, falei prá minha menina, “Olha, se você conseguir o seu empreguinho, minha filha, o primeiro dinheirinho do seu salário você vai pegar cinco reais e vai comprar em velas prá pôr lá no túmulo dele queimar. Inclusive, agora, há pouco tempo, ao terminar minha faculdade mesmo, eu comecei a entrar em crise e então eu pedi prá ele que sobre as aulas que eu fosse dar lá, eu saísse bem, porque a primeira aula que eu dei lá eu fui reprovada. E aí, eu entrei, sabe, em desespero com a professora, e fui lá e fiz esse pedido, de nove dias fazer uma novena lá e levar o programa da aula e colocar lá no túmulo. E, assim, eu fiz. Então na hora que eu terminei eu fui nove dias e coloquei lá o planejamento da aula. Deixei lá no túmulo. Fui beneficiada, não fui? Porque tirei notas boas. Então eu pedi e fui atendida. Antes disso também uma... foi na 5ª série, me parece que eu também realmente tava pendurada dentro da escola e eu pensei não, eu vou hombar. Fui lá, fiz o pedido, precisando da maior nota prá passar e eu consegui passar. Eu coloquei minhas prova lá. Então lá é... você já percebeu que direto você encontra comida; bebida, água, muita água e, nesse sentido, penso eu, porque eu não posso afirmar que todos que pedem prá ele eu acho que é beneficiado, então devido à morte dele... realmente foi praticamente esquartejado, né...”⁶³

Ao ser perguntada como passou a conhecer a história de Antonio Pintor, ela responde:

Meu pai que me contava, disse que ele foi acusado... Ele estava... pelo que ele contou, ele estava até trabalhando, sabe. Eles pegaram ele no serviço dele e aí foi judiando com ele o tempo todo até ele chegar à morte e pelo comentário que tem, que ele gritava muito pedindo água, que estava com muita sede e eles não deram água. Aí é, depois que eles mataram ele, eles enterraram ele lá... Lá tem uma cruzinha, não sei se você teve lá... Lá tem uma cruzinha... lá longe. Lá era tudo cerrado, porque naquela época a cidade realmente era até ali, na avenida, no rumo do cemitério. A cidade era até ali. Prá lá era tudo cerrado ainda. Então, tinha algumas casinhas por lá e ele foi até lá. Aí, depois é que eles realmente tiraram o corpo lá e trouxeram pro cemitério. Então a história dele é nesse sentido, sabe, e não descobriu nada, não tinha família aqui...⁶⁴

THOMPSON (1993, p. 15) afirma que uma das vantagens da abordagem do sistema familiar é enfatizar “que, de um lado, a família provê um arcabouço de modelos e tradições, mas, de outro, os indivíduos fazem escolhas em relação à cultura que lhes é transmitida.”

As lembranças de Rita Lara Teixeira, 16 anos, estudante, neta de Dona Rita Alves Teixeira e filha de Dona Aurita Alves Teixeira, vão ao encontro das reflexões Thompsianas. Embora sua mãe seja devota fiel de Antonio Pintor, ela não nutre pelo “santo” o mesmo entusiasmo nem a mesma fé e esperança demonstrados pela mãe. Ao ser perguntada se acredita em Antonio Pintor, ela diz:

Ele atendeu um pedido para eu conseguir emprego. Minha mãe fala que é milagre dele. Eu e ela pedimos isso prá ele... não sei. Agora eu vou lá no túmulo dele prá pagar a promessa que eu fiz.⁶⁵

⁶³ Entrevista concedida em 11 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁶⁴ Entrevista concedida em 11 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

⁶⁵ Entrevista concedida em 10 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

Embora todos os entrevistados da segunda e da terceira gerações aceitem a crença, percebi que alguns, sobretudo da terceira geração, não nutrem a mesma fé de seus pais ou avós.

Contudo, embora Rita Lara não comungue da fé com a mesma força da mãe, a memória do “santo” continua sendo transmitida. Quando perguntada se conhecia a história de Antonio Pintor e se acredita em seus milagres, narra:

Conheci a história dele através da minha família, da minha vó, da minha mãe, que conta a história dele. Minha mãe só conta que ele foi um pintor que virou santo. Quem me contou foi minha vó. Isso já faz muito tempo. Eu lembro só desses detalhes que... Um pintor, aí parece que ele foi pintar, pintou muitas obras e... aí, de repente acho que deu uma discussão, uma coisa assim. A morte dele, só sei que a morte dele foi trágica. É aí, depois de um tempo, começou a surgir alguns milagres e disseram que foi ele. Aí virou mito aqui na cidade. Só isso que eu sei pela minha vó. Diz que ele era pintor, aí teve uma morte muito cruel e depois disso, depois da morte dele, aí ela disse que ele era bom. Depois da morte dele, ele fez alguns milagres. Aí falaram que ele era santo, só o que eu sei.⁶⁶

Conforme reflexões de THOMPSON (1993, p. 9), “a cultura é a essência daquilo que converte indivíduos humanos em grupos (o núcleo da identidade social humana), sua continuidade é vital. Daí a necessidade universal de transmissão da cultura entre as gerações.”

Assim, essa crença transmite uma cultura religiosa que, expressada em Antonio Pintor, garante a continuidade de suas memórias e forma entre seus crentes uma identidade fora e dentro do núcleo familiar.

As histórias de vida mostram, também, que a religiosidade dessas pessoas demonstra a maneira que elas têm de dizer a sua “verdade” sobre a vida, sobre o mundo, sobre as coisas.

As lembranças de Dona Aurita Alves Teixeira, 58 anos, professora, vão ao encontro dessa questão. Quando se refere à sua fé em Antonio Pintor, narra:

...a gente tem que se apegar em alguma coisa. Ce vê, hoje tá tudo difícil. O jovem, o menino... igual, minha filha, mesmo, tava aí, à toa, sem trabalhar. Procurava emprego, procurava, perguntava prá um, prá outro, nada. Aí eu fiz o pedido pro Antonio Pintor e ela arrumou serviço.⁶⁷

A pesquisa de campo demonstrou também que a crença religiosa em Antonio Pintor faz parte de uma cultura religiosa sincrética, pois, apesar das diferenças sociais dos moradores de Morrinhos, essa crença atinge a todos, revelando, assim, a circularidade cultural que perpassa a cultura religiosa dos moradores daquela localidade, firmando entre eles uma identidade cultural. Deste modo, entendo a religiosidade expressada em Antonio Pintor como

⁶⁶ Entrevista concedida em 10 de abril na cidade de Morrinhos-GO.

⁶⁷ Entrevista concedida em 11 de abril de 2002, na cidade de Morrinhos-GO.

uma prática cultural, fruto das diversas experiências com o sagrado, vivenciadas por indivíduos dos mais diferentes estratos sociais.

Assim, essa crença vem cumprindo sua função social, que é a de aliviar as angústias físicas e materiais de seus fiéis, e sua função histórica, que é a de preservar, na memória coletiva dessa sociedade, as lembranças dos dias que “abalaram Morrinhos”.

Segundo BERTAZZO (1998, p. 1.083) “a religião, que é uma ‘linguagem’ por meio da qual se exprimem as relações das pessoas com o sagrado, é campo privilegiado para os mitos. Somente uma linguagem simbólica pode manifestar algo da experiência religiosa gerada pelo contato com o sobrenatural.”

O mesmo ocorre com a crença religiosa em Antonio Pintor, que é transmitida de geração para geração no interior da família que nele acredita, carregando em uma linguagem simbólica a fé de seus crentes, e mantendo-se, dessa forma, na memória dos moradores de Morrinhos, até mesmo daqueles que a procuram esquecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tentou reconstituir a crença religiosa em Antonio Pintor, buscando compreender como e por que ela passou a existir na cidade de Morrinhos-GO, qual seu significado para a sociedade que a criou e de que forma ela se mantém na cultura religiosa daquela sociedade.

Considerando essa crença religiosa como produto das angústias humanas, penso ser ela fruto da imaginação de seus crentes que, ao se sentirem impotentes diante dos problemas cotidianos, buscam saná-los recorrendo à via religiosa, cuja comunicação se dá através de representações.

Assim, essa crença diz muito sobre a vida cotidiana de seus crentes. Os problemas de emprego, doenças, relacionamento afetivo e com os filhos, entre muitos outros, são expressados em forma de rezas, cumprimento de promessas e de oferendas depositadas sobre o túmulo de Antonio Pintor que, como vimos, é todo enfeitado e colorido, revelando, assim, a linguagem sincrética presente nesse universo religioso.

Deste modo, o estudo dessa crença religiosa mostrou que seus crentes pertencem às mais diversas camadas sociais, havendo em sua essência elementos da religião católica, bem como elementos de outras religiões. Portanto, essa crença se configura como uma cultura que troca, filtra e se nutre das mais diversas práticas religiosas, revelando, assim, a circularidade cultural que perpassa a cultura religiosa dos moradores de Morrinhos.

Contudo, embora todos os entrevistados afirmem serem crentes em Antonio Pintor, nem todos transmitem sua crença a seus descendentes, pois embora compartilhem da compaixão e da piedade em torno de sua morte, não o consideram um ente espiritual capaz de

operar milagres, mas sim, um intermediário que liga os homens a Deus. Nesse sentido, seus crentes diferem na forma de expressar sua fé, demonstrando que essa crença só sobrevive na memória dessa sociedade graças àqueles que lhe são mais devotos, isto é, graças àqueles que, além de rezar e acender velas em seu nome, fazem-lhe também oferendas em seu túmulo, depositando pratos de comida, água, café, entre muitas outras coisas, como vimos no transcorrer deste trabalho.

Os narradores que ajudaram a construir a presente pesquisa revelaram também que a história de Antonio Pintor abriga várias memórias, cujas lembranças, além de desvendar os caminhos que o tornaram “santo”, trouxeram, ainda, as memórias de uma sociedade que, mesmo mantendo uma preocupação com o progresso, com a cultura e com a educação, a chamada “Atenas de Goiás”, regia-se nas relações de mando, poder e violência, cujo limite se “extinguiu”, ou melhor, se rompeu, com a morte de Antonio Pintor.

Assim, ao final deste trabalho pode-se perceber que Antonio Pintor abriga três memórias: a coletiva, que guarda as lembranças da revolta em torno de sua morte; a imaginária, que guarda as lembranças de seu sofrimento; e a religiosa, que atesta sua “santidade”, garantindo, assim, a transmissão dessa crença às futuras gerações.

Nesse sentido, a memória coletiva abriga as lembranças de um momento em que os moradores da cidade questionaram e se revoltaram contra as práticas de violência, mando e arbitrariedade comuns a essa sociedade no período em questão. Notamos que os narradores, especialmente aqueles que viveram os fatos, ao evocar essas lembranças, demonstraram certo medo e receio diante do acontecido. Todos os entrevistados se lembram dos fatos ocorridos; contudo, nem todos querem recordá-los.

A memória que chamamos de imaginária evoca as lembranças do sofrimento de Antonio Pintor quando de sua prisão, tortura e morte. Suas recordações são narradas conforme a imaginação dos entrevistados, já que nenhum deles presenciou seu infortúnio e, portanto, ao narrarem seu martírio, imaginam toda sorte de sofrimentos impostos a ele. Desse modo, essa memória provoca os sentimentos religiosos de piedade e compaixão, que corroboram a relação existente no imaginário religioso entre o sofrimento e a santificação, configurando, assim, essa crença religiosa.

Quanto à memória de sua “santidade”, esta é atestada e narrada com prazer e empenho, já que quem a evoca são aqueles que se beneficiaram da ajuda do “santo” e, por isso, sentem-se à vontade para narrá-la. Acreditam que assim, além de confirmar ser Antonio Pintor um “santo”, ainda trazem para sua crença mais e mais devotos.

Deste modo, essa crença se mantém na cultura religiosa da cidade de Morrinhos, abrigando na memória coletiva e individual de seus moradores lembranças de um período vivido por aquela sociedade, onde a violência e a arbitrariedade davam o tom da vida social, revelando, assim, que homens e mulheres, ao se sentirem impotentes diante dos problemas que os afligem, criam seus deuses, heróis e mitos na esperança de resolvê-los.

Vale lembrar que a presente pesquisa só foi possível graças à história oral, cuja técnica possibilitou um contato direto com os atores sociais que fizeram esta história e que, quando narraram suas experiências de vida, tornaram-se fontes riquíssimas para o estudo dessa crença religiosa.

Contudo, cheguei ao fim deste trabalho com a sensação de que muito ainda tem que ser feito e estudado sobre a cidade de Morrinhos e a crença religiosa em Antonio Pintor. Nas histórias de vida coletadas há ainda muitas informações que, pela falta de tempo, não puderam ser suficientemente exploradas.

CORPUS DOCUMENTAL

FONTES ORAIS

Aurita Alves Teixeira, 58 anos, professora.

Benedita Rosa da Costa, 68 anos, artesã e fiandeira.

Camila Frauzino Gomes, 16 anos, estudante.

Célio Rodrigues da Silva, 56 anos, pedreiro e pintor de paredes.

Diogo Antonio Neto, 85 anos, comerciante aposentado.

Divina Aparecida, 78 anos, dona de casa.

Humberto Frauzino, 69 anos, escrivão aposentado do Cartório do Crime.

Irê Frauzino, 67 anos, funcionária pública aposentada.

Ismael da Silva Neto, 62 anos, escrivão de polícia.

José Frauzino, 86 anos, promotor público aposentado e escritor.

Leticia Euzébio da Costa, 15 anos, estudante.

Luciene Euzébio da Costa, 30anos, sem profissão definida.

Maria Aparecida Frauzino, 45 anos, funcionária pública.

Maria Helena Andrade, 62 anos, dona de casa.

Maria da Trindade, 68 anos, professora aposentada.

Nilza Diniz Silva, 78 anos, professora aposentada e escritora.

Rita Alves Teixeira, 71 anos, dona de casa.

Rita Lara Teixeira, 16 anos, estudante.

Sebastião Rosa da Silva, 60 anos, fotógrafo.

FONTES ESCRITAS

IBGE. Enciclopédia dos municípios. Rio de Janeiro, 1950. v. 2. 459 p.

IBGE. Enciclopédia dos municípios. Rio de Janeiro, 1958. v. 36. 483 p.

Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia, ano XIX, n. 4496, p.6, 20 jan.1957

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, M. A. de F. P.; ROSA, M. V. de F. P. do C. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica (monografias, dissertações e teses) de acordo com a ABNT 2000**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001. 181 p.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 245 p.
- AMORIM, E. M. **Morrinhos: coronelismo e modernização - 1889-1930**. 1998. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Filosofia e Artes, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- ANTONACCI, M. A. (org.) **Ética e história oral**. Projeto História, 15. Rio de Janeiro: abr. 1997. 292 p.
- ARANTES, O. C. Goiás é o 2º Estado em denúncia de torturas praticadas por policiais. **O Popular**, Goiânia, p. 2B, 11 mar. 2001.
- BACZCO, B. Imaginação social. **Enciclopédia Enaudi**. v. 5. Lisboa: Casa da Moeda, 1985. p. 297-330.
- BARBOSA, A. **Picumãs**. Goiânia: Editora Livraria Central. 1965.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas magia e técnica**. Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p.
- BERTAZZO, G. Mito e religião. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 5, p. 1.075-1.274, 1998.

- BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960.** Goiânia: Editora da UFG, 2000. 171 p.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987. 402 p.
- BRANDÃO, C. R. **Festim dos bruxos: estudos sobre a religião no Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Ícone, 1987. 234 p.
- BURKE, P. **Variedades da história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás.** Goiânia: Editora da UFG, 1983. 113 p.
- CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (org.) **Os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994. 351 p.
- CHAUÍ, M. S. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Editora Moderna, 1982. 220 p.
- CHAUÍ, M. S. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 179 p.
- CHAUL, N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da “decadência” aos limites da modernidade.** Goiânia: Editora da UFG, 1997. 247 p.
- CHAUL, N. F. (org.) **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.** Goiânia: Ed. da UFG, 1998. 330 p.
- CORREA, I. T. **João relojoeiro: de ladrão a mártir.** 1999. 88 f. Monografia (Graduação) - Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

- D'ALESSIO, M. M. **Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Edunesp, 1998.
- DAMACENA, A. Violência no Brasil: representações de um mosaico. In: PEDROSA, L. **Cadernos CERIS. Violência, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 7-33, abr. 2001.
- DEL PRIORI, M. L. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 136 p.
- ELIADE, M. **Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 2. ed. 178 p.
- FENELON, D. R. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Revista do Programa de Estudos de Pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 1-178, 1993.
- FERREIRA, A. B. **Os Corrêa, Alves e Pontes**. Campo Grande: s.e., 1993. p.
- FERREIRA, M. de M. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n. 1, p. 19-30, jun. 1998.
- FONSECA, M. L. A comunidade morrinhense (1889-1930). In: CHAUL, N. F. (org.) **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias**. Goiânia: Editora da UFG, 1998. p. 157-205.
- FONTES, Z. D. Morrinhos. **Revista de Arte de Morrinhos**, Morrinhos, ano XVIII, n. 4, p. 1, ago. 1982.
- FOUCALT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990. 294 p.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Recorde, 2000. 663 p.
- FUNES, E. A. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração para a agropecuária**. Goiânia: Editora da UFG, 1986. 148 p. (Coleção Teses Universitárias).

GAETA, M. J. V. A cultura religiosa popular: polêmicas, aporias e desafios hermenêuticos. **Estudos de História, Franca**, v. 7, n. 1, p. 13-25, 2000.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução de Betânia Amoroso. 7. reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1987. 309 p.

GOIÁS é o 2º Estado em denúncia de torturas praticadas por policiais. **O Popular**, Goiânia, 13 mar. 2001. p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. 187 p.

HOLANDA, S. B. de **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 220 p.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios**. Rio de Janeiro, 1950. v. 2. 459 p.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios**. Rio de Janeiro, 1958. v. 36. 483 p.

JANOTTI, M. de L. M. História oral: uma utopia? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 7-16, set. 1992/ago. 1993.

KHOURY, Y. M.; PEIXOTO, M. R. C.; VEIRA, M. do P. de A. (org.) **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1989. 80 p.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. 553 p.

MACHADO, M. C. de T. **Cultura popular e desenvolvimento em Minas Gerais**: caminhos cruzados de um mesmo tempo. 1988. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MATTOSO, K. de Q. Párocos e vigários em Salvador no século XIX: as múltiplas riquezas do clero secular da capital baiana. **Tempo e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 1982.

- MORAES, C. de C. P. O cristianismo na ocupação do centro-oeste. In: COUTINHO, S. R. (org.) **Religiosidades, misticismo e história no Brasil Central**. Brasília: Editora Cehila, 2001, p.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PASSERINI, L. Mitobiografia em história oral. **Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 29-40, 1993.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: ANTONACCI, M. A. (org.) **Ética e história oral**. Projeto História, 15. Rio de Janeiro: abr. 1997. p. 13-49.
- REEDIÇÃO do crime João relojoeiro. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, ano XIX, n. 4496, p. 6, 20 jan. 1957.
- SILVA, L. S. D. da. **A construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: Editora da UFG, 1997. 133 p.
- SILVA, M. M. da. **A Festa do Divino: romanização, patrimônio & tradição em Pirenópolis (1890-1988)**. Goiânia: 2001. 227 p.
- SILVA, R. M. da. **Chico Xavier: imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais – Uberaba, 1959-2001**. 2002. 96 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- SILVA, Z. D. **Morrinhos: de capela a cidade dos pomares**. Goiânia: Cerne, 1982. 145 p.

SOUZA, L. de M. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, M. C. (org.) **Historiografia brasileira em perspectivas**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 17-38.

SOUZA, L. de M. **O diabo na Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMPSON, P. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em Histórias de vida. In: DINIZ, E.; LOPES, J. S. L.; PRANDI, R. (org.). **Ciências Sociais Hoje**. s.l.: ANPOCS, Hucitec, 1993. p. 9-19.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 383 p.

VASCONCELOS, S. de. **Arquitetura: dois estudos**. Goiânia: Editora da UFG, 1983. 115 p.

VERNANT, J. P. **Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 400 p.

VIEIRA, B. J. **Morrinhos ao som da lira**. s.l.: s.e., 1982. 142 p.